

Sumário

Número de notícias: 20 | Número de veículos: 11

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

MP do Carf deve expirar antes da votação do projeto de lei 3

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Regulação de apostas esportivas transcende a questão tributária (Editorial) 5

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Contenciosos de taxaço a consumo e renda somam R\$ 322 bi só este ano 6

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

Alíquota fica abaixo do que Previdência precisa 8

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
SEGURIDADE SOCIAL

Credores paulistas abrem mão de parte de valores para não entrar na fila de precatórios 11

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL

Mais Médicos: Novo edital prevê bônus de até R\$475 mil para fixar profissional em área vulnerável 13

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL

IR: dicas para quem vai começar a declaração na reta final 16

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

"Governo precisa intensificar diálogo com o setor privado" 17

FOLHA DE S. PAULO - SP - MUNDO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Japão promete isenção de visto a brasileiros 20

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Agro e serviços se unem por mudança na reforma tributária 21

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Relator não descarta mais mudanças em arcabouço 23

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Governo começa a aceitar a ideia de que não terá maioria no Congresso 24

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Governo aposta em ser líder da indústria verde e atrair recursos privados 26

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

"BC tem que repensar a relação com o mercado" 28

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Com ou sem crise, empresas ampliam investimentos no Brasil - MERCADO S/A.....32

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
ECONOMIA

Proposta das novas regras fiscais já recebeu 40 emendas.....34

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
ECONOMIA

"Ao atacar o agro, Lula se distancia de quem gera renda"36

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

"Brasil tem oportunidade de se tornar potência ecológica"38

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

BCs debatem por que o juro alto não teve o efeito previsto - ALEX RIBEIRO.....40

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Governo estuda flexibilizar regime de metas.....42

MP do Carf deve expirar antes da votação do projeto de lei



Arthur Lira, presidente da Câmara: "O governo não teve pressa em mandar e estamos com muitos focos, mas [o projeto] seguirá"

Raphael Di Cunto, Marcelo Ribeiro e Beatriz Olivon De Brasília

Essencial para os planos de sustentabilidade fiscal do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, a medida provisória (MP) que reinstalou o chamado voto de qualidade no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** perderá a validade no dia 1º de junho e governistas já dão como certo que o projeto de lei que regulamenta esse dispositivo não será votado a tempo de substituí-la.

O **Carf** é o órgão responsável por julgar os recursos contra autuações da **Receita Federal** e é formado por representantes do Fisco e dos contribuintes de forma paritária. O atual impasse se dá em torno do que ocorre quando há empate nos julgamentos. Só nos últimos três anos, segundo a Fazenda, R\$ 177 bilhões em disputa foram decididos assim.

Até 2020, o presidente do conselho, que é um auditor da Receita, desempata - em 95% dos casos, a favor da autuação. O Congresso alterou a lei e, de 2020 até janeiro, o empate passou a extinguir a dívida. Desde janeiro, uma medida provisória retomou o voto de qualidade, mas ela perderá a eficácia em dez dias e, com isso, o empate voltará a dar vitória para o contribuinte.

Deputados governistas e da base aliada dão diferentes motivos para que o assunto tenha ficado de lado, mas admitem que não haverá tempo hábil para aprovar o projeto de lei (PL) na Câmara e no Senado até 1º de junho.

A proposta tramita em regime de urgência, mas só

trancará a pauta a partir de 21 de junho.

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), atribui o atraso à demora do próprio Executivo.

"O governo não teve pressa em mandar e estamos com muitos focos, mas [o projeto] seguirá", disse. O líder do governo na Câmara, deputado José Guimarães (PT-CE), justificou que a prioridade, neste momento, é aprovar o arcabouço fiscal, o que deve ocorrer nesta semana.

A proposta da retomada do voto de qualidade travou, num primeiro momento, por causa do impasse entre Câmara e Senado em torno do rito das medidas provisórias. Das 21 MPs editadas no governo Lula, só quatro tiveram as comissões mistas instaladas e as demais vão ser incorporadas a outras MPs ou aguardam o envio via projeto de lei.

O acerto entre Lira e Haddad para que as mudanças no **Carf** fossem enviadas por PL ocorreu em 11 de abril, mas o Executivo só efetivamente mandou o projeto para a Câmara quase um mês depois, em 5 de maio, e sem sequer modificar o texto para incorporar o acordo entre o ministro e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) para um meio termo: quando der empate, o contribuinte terá que pagar o valor principal da dívida, mas sem multa e juros.

Desde que o projeto chegou na Câmara, os deputados estão focados na discussão do novo marco fiscal e Lira sequer designou relator para iniciar os debates em torno do **Carf**. O arcabouço também deve concentrar novamente as atenções nesta semana e deixar poucos dias para que a Câmara delibere sobre o voto de qualidade antes que a MP perca seus efeitos.

Além disso, afirma um importante líder governista, "nada vai andar" para o governo no Congresso enquanto Lula não resolver a instabilidade com a base aliada, principalmente projetos polêmicos como este. Parlamentares de todos os partidos se queixam da demora na nomeação de indicados deles para cargos no Executivo e na liberação de emendas orçamentárias.

O clima desfavorável ao governo se soma às dificuldades do próprio tema do **Carf**. Deputados ideologicamente mais à direita defendem que o texto é

ruim para as empresas, enquanto parte do PT afirma, reservadamente, que o acordo de Haddad com a OAB é negativo porque estimulará que os empresários deixem de pagar o imposto na expectativa de que, se houver empate, o máximo que terão que fazer é quitar o que já seria devido. Além disso, Lira já avisou que essa proposta não necessariamente será avalizada pela Câmara e que é preciso que os advogados debatam os termos com os deputados.

Essa indefinição sobre o voto de qualidade ocorre num momento em que o **Carf** já está parado por insatisfação de seus servidores, o que suspendeu os julgamentos na última semana. Os auditores da Receita cobram bônus por produtividade e os conselheiros que representam os contribuintes, embora não tenham aderido à greve, pedem reajuste salarial e direito a férias.

Presidente da Associação dos Conselheiros Representantes dos Contribuintes no **Carf** (Aconcarf), o conselheiro Wesley Rocha diz que a experiência com paralisações anteriores indica que as sessões também serão suspensas por falta de quórum esta semana. O estoque de processos chegava a R\$ 1 trilhão em janeiro, data do último dado disponível.

Desde abril, resalta Rocha, parte dos processos está sem julgamento também por causa de portaria que permitiu que os casos saiam de pauta automaticamente a pedido das partes - uma estratégia para que não sejam desempatados pelo representante do Fisco. "Tivemos algumas pautas esvaziadas, mas estávamos julgando", afirma. Antes da portaria, o pedido de adiamento dependia do aval do presidente da turma julgadora.

O advogado e ex-conselheiro Caio Cesar Nader Quintella destaca que se a MP perder a validade, o Congresso deveria disciplinar por projeto de decreto legislativo como ficarão os processos julgados por voto de qualidade durante o período de vigência da medida provisória. "Ainda que isso não seja feito pelo Legislativo, o contribuinte poderá buscar o judiciário questionando essas decisões", afirmou Quintella.

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE
MP do **Carf** deve expirar antes da votação do projeto de lei

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187551>

Regulação de apostas esportivas transcende a questão tributária (Editorial)

O escândalo da manipulação de resultados no futebol demonstra a urgência de regular e fiscalizar sites e casas de apostas. A CPI das Apostas no Congresso promete trazer propostas para isso. A intenção do governo, já expressa, é criar uma secretaria no Ministério da Fazenda para certificar esses ambientes, além de acompanhar o volume de dinheiro movimentado e a arrecadação de **impostos**. Mas é duvidoso que essa seja a melhor estratégia para o país.

Permitidas a partir de 2018, as apostas movimentam, pelas estimativas do próprio governo, entre R\$ 120 bilhões e R\$ 150 bilhões (para ter uma base de comparação, as Loterias da Caixa Econômica faturaram R\$ 23 bilhões em 2022). De acordo com algumas estimativas, já operam algo como mil sites para apostar em partidas de futebol, cujos servidores e sedes ficam longe do alcance da **Receita Federal**. Não é à toa que o governo esteja de olho na dinheirama que passa ao largo de qualquer fiscalização.

Mas a visão meramente fiscalista da regulamentação das apostas on-line seria um erro. Criar um apêndice da **Receita Federal** no Ministério da Fazenda não basta para dar conta do desafio regulatório.

A pasta é historicamente voltada para garantir a arrecadação e formular políticas econômicas. Não tem a cultura adequada para abrigar em sua estrutura um órgão destinado a lidar não apenas com as máfias tentando burlar regras para ganhar dinheiro fácil, mas com um universo que mistura saúde, tecnologia digital e esportes.

O governo poderá até ficar satisfeito com a receita tributária dos jogos, e mesmo assim o futebol brasileiro continuar a perder credibilidade. Qualquer lance duvidoso alimenta discussões intermináveis. Se a fiscalização das casas de apostas não garantir que sejam confiáveis, haverá dúvida sobre a manipulação do resultado dos jogos. Torcedores se afastarão de estádios e transmissões, e o futebol brasileiro entrará numa crise inédita.

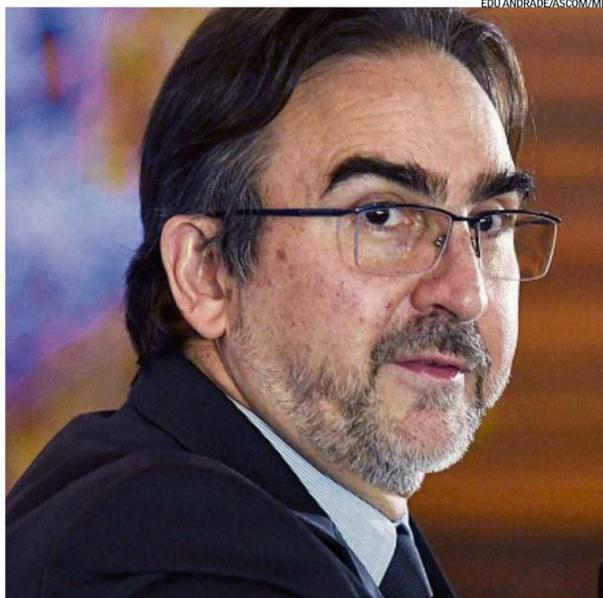
É necessário cercar a questão por todos os lados. A regulação precisa estabelecer controles para identificar contas com movimentações atípicas, que possam estar relacionadas a apostas em partidas

fraudadas. De acordo com o advogado Pedro Simões, do escritório Duarte Garcia, Serra Netto e Terra, o Coaf, organismo que monitora transações financeiras, seria indicado para atuar nesse campo. Ele sugere ainda um valor máximo para as apostas mais sujeitas a fraude, como número de cartões ou pênaltis numa partida.

Há quem defenda uma agência específica, com a participação de Polícia Federal, Ministério Público, CBF e clubes. Na Espanha e na Alemanha, jogadores podem denunciar tentativas de aliciamento ou qualquer movimento suspeito em torno de um jogo, sob absoluto sigilo, por meio de um aplicativo. O importante é governo, CBF e clubes entenderem que no mundo das apostas no futebol e em qualquer outro jogo não se pode deixar brecha para a fraude, porque a credibilidade é o maior ativo do esporte.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Contenciosos de taxaço a consumo e renda somam R\$ 322 bi só este ano



Bernard Appy: "Existe hoje um grande espaço cinzento na legislaço"

Guilherme Pimenta e Beatriz Olivon De Brasília

Pesquisa inédita do Insper indica que as discussões relativas aos **tributos** sobre consumo e renda, as duas fases previstas para a **reforma tributária** este ano, geram disputas judiciais e administrativas estimadas em no mínimo R\$ 322 bilhões entre as maiores empresas do país.

O levantamento realizado pelo Núcleo de Pesquisas em Tributação do Insper e obtido com exclusividade pelo Valor leva em conta dados que 751 empresas prestam junto à Comissão de Valores Mobiliários - em geral, companhias abertas e empresas que negociam títulos no mercado financeiro. Assim, o estudo destaca que o número está subestimado, já que algumas empresas podem não ter informado a totalidade dos seus processos, além daquelas que não precisam prestar contas à CVM.

Ao Valor o secretário extraordinário da **Reforma Tributária**, Bernard Appy, ressaltou que um dos principais objetivos da reforma é reduzir esse contencioso tributário e apontou que "existe, hoje, um grande espaço cinzento na legislaço do ICMS e do PIS/Cofins sobre o que dá ou não direito a crédito", uma das principais discussões no âmbito dos **tributos** que incidem sobre o consumo.

"Quando há um imposto simples, fecha a divergência

de interpretação, que é a base dos litígios tributários. Fraudes vão continuar existindo e precisam ser punidas, mas a maior parte resulta em problemas de interpretação da legislaço muito complexa", afirmou Appy. Ele frisou que a Fazenda ainda está formulando detalhes sobre as mudanças nas regras do IR e disse que o objetivo será o mesmo na segunda etapa: dar mais clareza e segurança jurídica.

Entre os temas envolvendo os litígios no âmbito do consumo, o tributarista Breno Vasconcelos, responsável pela pesquisa, destaca os processos discutindo a forma de cálculo de créditos presumidos de ICMS e outros incentivos fiscais, que provavelmente serão gradativamente extintos pela reforma, além de conflitos de competência entre Estados e municípios nas atividades mistas (serviços e mercadorias, como locação de equipamentos com mão de obra), também resolvidos pela criação de um imposto único, com base ampla.

Os incentivos fiscais, usuais no ICMS, também geram contencioso envolvendo PIS e Cofins. Entre os processos identificados na pesquisa, muitos se referem à incidência ou não das contribuições sobre créditos presumidos do imposto e outros benefícios, segundo Thais Shingai, coautora do estudo.

"Há também muitas discussões sobre o aproveitamento de créditos da não cumulatividade de PIS e Cofins que decorrem do excesso de restrições ao creditamento existentes na legislaço." O Ministério da Fazenda esperava aprovar a primeira etapa da **reforma tributária** ainda neste semestre na Câmara dos Deputados e, até o fim do ano, no Senado. As mudanças nas regras sobre a renda estão sendo conduzidas na pasta por Daniel Loria, que também é pesquisador do Insper. Ele conduziu, por exemplo, a recente medida provisória responsável por instituir a taxaço do capital estrangeiro no exterior, tida na Fazenda como "prefácio" da reforma nas leis dos **tributos** sobre a renda.

De acordo com a pesquisa, o principal motivo de litígio em relação ao Imposto de Renda são discussões relacionadas a deduções.

O núcleo levantou que o IR da pessoa física (IRPF) foi objeto entre 2018 e 2022 de 18.420 decisões no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

(**Carf**), órgão recursal da **Receita Federal**. Um grande gargalo são as deduções, segundo Vasconcelos: "Em geral deduções de saúde e educação servem para quem tem dinheiro para pagar por educação e saúde". A pesquisa informa que esse tema foi alvo de 995 decisões em 2022.

Os dados indicam 266 processos divulgados por 163 empresas sobre Imposto de Renda, sendo a maior parte divulgada como de perda possível - poucos têm a indicação de perda provável.

Já em relação aos litígios relacionados ao IRPJ (pessoa jurídica), entre 2018 e 2022 o **Carf** proferiu 10.875 decisões. A maior parte das discussões em número - não em valor -, 563, diz respeito a créditos, compensações de forma geral.

Thais Shingai destaca que a maior parte do contencioso tributário de Imposto de Renda, de acordo com esses dados, em valor, decorre da questão do ágio. Ela ainda pondera que os números enviados à CVM provavelmente são subestimados, porque dependem da análise de risco para integrarem as demonstrações financeiras.

"Como no Brasil o contencioso tributário é muito grande e o processo tributário é longo, em comparação com os dados internacionais, temos menor porcentagem de provisões de questões tributárias." Vasconcelos comenta que, quando se fala em reforma da tributação da renda, tem-se a ideia de trazer a tributação de dividendos, tema sobre o qual não existe contencioso por não ser tributado.

Nesse sentido, ele considera que pode ressurgir um contencioso do Imposto de Renda que não aparece hoje, mas já existiu. Assim, explica que, com eventual tributação de lucros e dividendos, poderão nascer litígios relacionados à "distribuição disfarçada de lucros", envolvendo pagamentos da pessoa jurídica à pessoa física como forma disfarçada de distribuir lucros.

Na avaliação de Meily Franco, vice-presidente de Comissões Técnicas do Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças de SP (Ibef), a reforma diminuirá o contencioso tributário desde que seja "estruturada, que respeite princípios constitucionais tributários, mas que não tenha predileção por setores da economia". "Leis malfeitas e casuísticas geram divergências na sua interpretação, excesso de discussão, dificuldades na aplicação adequada e sistemática da jurisprudência", pontuou.

Ela diz que o contencioso tributário é caro e traz insegurança jurídica.

"Além disso, gera impactos contábeis com os lançamentos de provisões, financeiros com o pagamento de custas judiciais e emissão de garantias, impactos nos ratings de crédito, dentre outros."

"Como no Brasil o contencioso tributário é muito grande e o processo tributário é longo, temos menor porcentagem de provisões" Thais Shingai

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE

Contenciosos de taxaçaõ a consumo e renda somam R\$ 322 bi só este ano

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187551>

Alíquota fica abaixo do que Previdência precisa

Edna Simão De Brasília

Mesmo com a reforma da Previdência, em vigor desde 2019, a alíquota de contribuição previdenciária paga por empregadores e trabalhadores ainda é insuficiente para cobrir todas as despesas com aposentadorias e pensões.

Isso acontece não só pelo fato de os brasileiros estarem vivendo mais como também pelo aumento da parcela da população que contribui com base em taxa subsidiada e pelo elevado nível de informalidade no mercado de trabalho.

Estudo feito pelos especialistas em políticas públicas Rogério Nagamine Costanzi e Graziela Ansiliero estima que alíquota média necessária para garantir o custeio corrente do Regime Geral de **Previdência Social** (RGPS) seria de 35%. A conta foi feita com base na média simples das alíquotas anuais de 2009 a 2020.

Atualmente, a alíquota de contribuição do RGPS varia de 27,5% a 34% (20% das empresas e entre 7,5% e 14% dos trabalhadores conforme a remuneração). Considerando apenas 2020, a alíquota necessária era de 41,7%.

A análise mostra que, apenas entre 2008 e 2019, a proporção de empregados no total de contribuintes do RGPS passou de 78% para 77%. Porém, houve uma mudança significativa nas modalidades de contribuição nos últimos anos, com ampliação da parcela que contribui com uma alíquota mais baixa do que a cobrada do trabalhador com carteira assinada. No período, a proporção de ocupados por empresas do Simples Nacional passou de 23% para 26%.

Entre os demais segurados, a participação no Plano Simplificado de **Previdência Social** (PSPS) passou de 1,8% em 2008 para 3,2% em 2019. Neste caso, a alíquota corresponde a 11% do salário mínimo. No mesmo período, o Microempreendedor Individual (MEI), que era praticamente inexistente em 2008, chegou a 7,8% do total de contribuintes em 2019. A alíquota de contribuição previdenciária do MEI era de 11% em julho de 2009 e foi reduzida para 5% do salário mínimo em 2011.

"Essas duas categorias, somadas, já representavam

11% dos contribuintes totais em 2019, um patamar considerável para subcategorias recolhendo alíquotas subsidiadas. Ao mesmo tempo, a categoria principal de contribuintes individuais, por exemplo, perdeu participação no conjunto de segurados contribuintes, saindo de 14,8% [2008] para 10,1% [2019]", informa o estudo.

Para os autores, a existência de segmentos com tratamento bastante desequilibrado, sob a ótica atuarial, torna a questão do financiamento ainda mais crítica. "Teoricamente, a alíquota [dos não subsidiados] a ser aplicada para garantir a igualdade entre receitas e despesas teria que ser ainda mais elevada do que as estimativas apresentadas, justamente para compensar os desequilíbrios gerados pelas renúncias e subsídios concedidos no âmbito do RGPS", afirma o estudo.

Outro ponto recorrente nas discussões sobre financiamento da Previdência levantado no estudo é a mudança na base tributação da folha de salários para outras bases de incidência, em geral, da receita bruta ou o faturamento. Mas essa questão depende de um debate mais amplo no âmbito da **reforma tributária**. "Tendências sistemáticas de redução das alíquotas de contribuição e desonerações criam riscos fiscais; fragilizam o financiamento da **Seguridade Social**, em particular de seu pilar previdenciário; e geram o risco de promover um modelo de financiamento não por meio de contribuições dos beneficiários diretos, mas pelo endividamento público", explicam os especialistas.

Os economistas ressaltam a necessidade de debate sobre a contribuição previdenciária e ainda chamam a atenção de que, reformas da Previdência, como a de 2019, tenderão a atenuar necessidades adicionais de incremento de alíquotas necessárias ao custeio, mas acreditam ser "pouco sensato qualquer crença de que seja factível permitir reduções relevantes nas taxas de contribuição".

Esse é um recado direto para o Congresso Nacional, que de tempo em tempo aprova medidas que aumentam as despesas previdenciárias e que buscam reduzir as alíquotas. Com isso, a alíquota necessária para equilibrar as contas precisa ser cada vez mais alta. "O não enfrentamento deste tema pode contribuir para o endividamento público, que além de ser

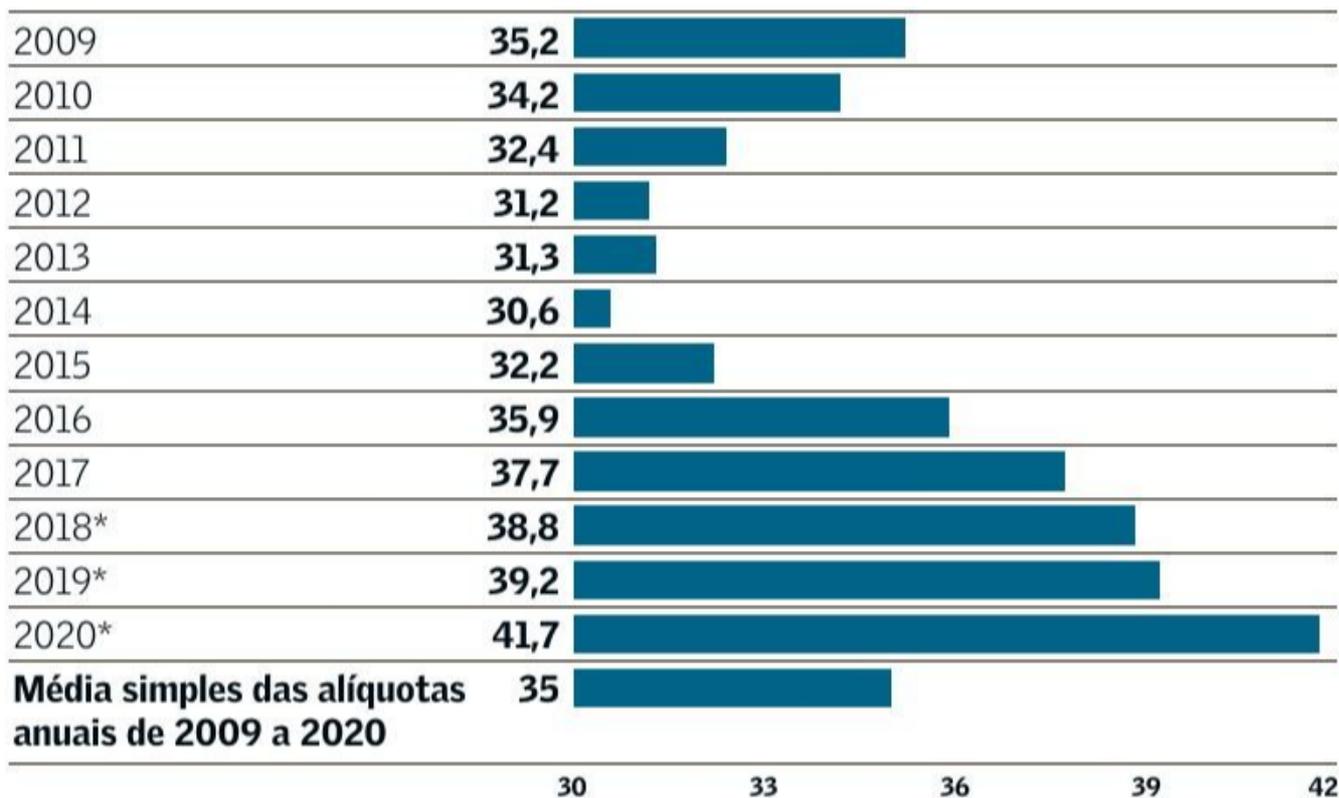
(obviamente) negativo também sobre o ponto de fiscal intertemporal, por pressionar os gastos com juros, ainda tende a ser danoso sob a ótica distributiva", diz o texto.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187551>

Necessidade de alíquota maior

Estimativa do valor que é preciso para garantir o custeio da Previdência

Despesa total com benefícios, mais Comprev e sentenças judiciais - em %



Alíquota atual: **Varia de 27,5% a 34%**

Fonte: Estudo sobre estimativas para o custeio da previdência social no Brasil: Notas sobre o nível adequado das alíquotas contributivas do RGPS. * valores preliminares e sujeitos a revisão devido à possibilidade de alteração residual da massa de remuneração do RGPS. A revisão não deve alterar de forma relevante o patamar das alíquotas

Credores paulistas abrem mão de parte de valores para não entrar na fila de precatórios



Fernanda Rizzo: "Essa redução do teto é muito prejudicial. É um limite muito baixo. Se fosse uma ação contra o INSS seria de R\$ 70 mil. É muito discrepante"

Adriana Aguiar

Credores têm sido forçados a abrir mão de valores devidos pelo Estado de São Paulo, reconhecidos judicialmente, para não terem de enfrentar a fila dos precatórios.

O problema surgiu depois de o governo estadual reduzir para menos da metade o teto da chamada requisição de pequeno valor (RPV), que hoje é de R\$ 15 mil - um dos menores do país.

Essas requisições, ao contrário dos precatórios, estão limitadas a um valor para que sejam pagas de forma mais rápida pelo ente público condenado por meio de processo judicial. Antes da redução, no fim de 2019, o teto em São Paulo era de R\$ 30 mil - hoje, atualizado o valor, estaria em R\$ 38 mil.

A diferença no tempo de espera é enorme. Uma RPV - calculada em Unidades Fiscais do Estado de São Paulo (UFESPs) - é paga geralmente em 60 dias. Um precatório estadual, em cerca de 14 anos. Hoje a dívida do Estado é de R\$ 31 bilhões, segundo o Tribunal de Justiça (TJSP).

A redução do teto veio com a edição da Lei nº 17.205/2019. Na época, a RPV caiu para R\$ 11 mil. Essa alteração gerou um movimento de entidades paulistas, entre elas a seccional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-SP), para a derrubada da norma, o que evitaria essas renúncias por parte de credores.

O delegado de polícia aposentado José Vicente de Azevedo Pires Barreto resolveu desistir de parte de

um crédito com valor original de R\$ 15,6 mil - referente a diferenças de salário. Para receber em 60 dias, optou por renunciar de R\$ 2,8 mil e acabou com R\$ 12,8 mil (limite da RPV em 2021).

O advogado Fabio Scolari Vieira, que assessora o delegado aposentado e também é secretário da Comissão de Precatórios da OAB de São Paulo, diz que essa situação mostra claramente que o Estado acaba se beneficiando. "Tem gente que infelizmente tem alguma necessidade, faz tratamento de saúde ou precisa de algum medicamento, e acaba renunciando de até quase metade do valor para receber por RPV", afirma.

O advogado Valter Nascimento tinha R\$ 22,5 mil a receber, referentes a honorários de sucumbência - pago ao profissional da parte que venceu a ação. Para se enquadrar no limite da RPV, desistiu, no ano passado, de R\$ 8,4 mil. Ganhou R\$ 14 mil.

Com o desconto de Imposto de Renda, o valor caiu para R\$ 11, 6 mil.

"É uma situação desagradável ter que optar por desistir de parte de um valor que te pertence por direito", diz. Ele acrescenta que a maioria dos interessados prefere receber rapidamente por RPV, em vez de ficar por anos na fila dos precatórios.

O escritório Vieira Rezende Advogados também viveu a mesma situação.

Ao ganhar processo contra o Estado e honorários de sucumbência no valor de R\$ 16 mil, recebeu ofício da Procuradoria Geral do Estado (PGE) dizendo que só poderia optar pela RPV se renunciasse a parte do pagamento. Caso contrário, teria que entrar na fila de precatórios.

"Decidimos não abrir mão da diferença. Vamos entrar na fila dos precatórios. Como se trata de verba alimentar, entra junto com pagamentos de idosos e portadores de doenças graves. Mesmo assim, deve demorar anos. Mas achamos que não seria correto desistir, já que podemos esperar", afirma Fernanda Rizzo, advogada da banca.

Para Fernanda, essa redução do teto é muito prejudicial. "É um limite muito baixo. Se fosse uma

ação contra o **INSS**, por exemplo, para tratar de aposentadoria, o teto [da RPV] seria de R\$ 70 mil. É muito discrepante", diz.

Diante de situações como essas, a Comissão de Direito Tributário da Subseção de Pinheiros da OAB-SP enviou ofício ao governo estadual pedindo a elevação do teto da RPV.

Nele, afirma que o Estado tem um dos menores valores do país e cita limites estabelecidos por Minas Gerais (R\$ 22,5 mil), Paraná (R\$ 17,7 mil) e Rio de Janeiro (R\$ 26 mil).

No texto, lembra que, em 2022 (até novembro), a receita do Estado ultrapassou o maior nível de arrecadação.

Entraram no caixa cerca de R\$ 221 bilhões, segundo o relatório da Receita Tributária do Estado de São Paulo, produzido pela Secretaria da Fazenda e Planejamento.

Ainda destaca que a revogação da lei e consequente elevação do teto diminuiria o volume de litígios em curso no Judiciário, por extinguir processos com cobranças entre R\$ 15 mil e R\$ 38 mil. E que o Estado adota limites maiores para isenções, como a do ITCMD, de R\$ 85,6 mil.

"Assim, tendo o governo estadual apresentado resultados fiscais muito favoráveis, o mais justo é que sejam remunerados os credores desse órgão", diz o ofício, que pede a revogação da Lei nº 17.205, de 2019, e o consequente restabelecimento do teto da RPV em 1.135,2885 UFESPs (hoje cerca de R\$ 38 mil).

De acordo com o secretário da Comissão de Direito Tributário da Subseção de Pinheiros da OAB-SP, Alexandre Levinzon, que elaborou o parecer sobre o tema, a ideia é sensibilizar tanto a Assembleia Legislativa quanto o governo estadual para que possam tomar atitudes legislativas para essa revogação.

A Confederação Nacional dos **Servidores Públicos** (CNSP) também enviou ofício ao Estado. Nele, afirma que a redução penaliza credores de precatórios alimentares com idade avançada e portadores de doença grave, que precisam desses valores para suprir necessidades de subsistência, como compra de remédios, planos de saúde, entre outras.

Ainda destaca que a Prefeitura de São Paulo, com capacidade econômica consideravelmente inferior, tem um teto de R\$ 27 mil. A previsão orçamentária do Estado para 2023, acrescenta, é de R\$ 317 bilhões,

enquanto a do município é de 95,8 bilhões.

O advogado Fabio Scolari Vieira, que também assessora o Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado de São Paulo (Sindpesp), afirma que a necessidade de revogação dessa lei é unânime entre entidades de servidores.

"Com a lei, servidores, professores, profissionais da saúde tiveram seus pagamentos procrastinados e vão esperar anos na fila dos precatórios", diz. Ele lembra que essa limitação também atingiu os prioritários, como idosos e doentes graves.

Procurado pelo Valor, o governo do Estado de São Paulo não deu retorno até o fechamento da edição.

R\$ 31 bi é o valor total da dívida de São Paulo

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE

Credores paulistas abrem mão de parte de valores para não entrar na fila de precatórios

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20230519/>

Mais Médicos: Novo edital prevê bônus de até R\$475 mil para fixar profissional em área vulnerável

O Ministério da Saúde divulgou nesta segunda-feira, 22, novo edital para contratação de profissionais para o Programa Mais Médicos, que fixa o valor mensal da bolsa-formação em pouco mais de R\$ 12,3 mil. O valor recebido pelo profissional ao final dos quatro anos de contrato poderá ser acrescido de um bônus por atuar em área de vulnerabilidade e considerada de difícil fixação, que vai ser de R\$ 60 mil até R\$ 475 mil. Alguns médicos poderão receber, ao todo, mais de R\$ 1 milhão ao fim do período contratual.

A minuta obtida antes da publicação oficial pelo Estadão especificou o valor mensal da bolsa-formação oferecida aos médicos, e o tempo de vigência de contratos, que passou de três para quatro anos (prorrogável por igual período). A portaria de março, que relançou o programa, já adiantava o percentual de incentivo que seria oferecido aos profissionais conforme critérios de localidade (vulnerabilidade do local), tempo de atuação (permanência no programa) e se usou financiamento estudantil (Fies).

São ofertadas 5.970 vagas distribuídas em 1.994 municípios de todas as regiões do Brasil. Mais de metade delas estão localizadas em cidades do Norte e do Nordeste. Em números absolutos, São Paulo, Pará e Rio Grande do Sul serão os principais beneficiários. Capitais representam 19,1% dos cargos, enquanto demais cidades, 80,9%.

O objetivo do edital, conforme Felipe Proença, secretário-adjunto de Atenção Primária à Saúde da pasta, é alimentar vagas ociosas de programas de provimento de anos anteriores e expandir o atendimento na Amazônia Legal, com abertura de 1 mil vagas na região. 2022 foi o ano em que os programas de providência encerraram com o menor número de participantes, levando em consideração os últimos dez anos. Tinham muitas equipes que estavam sem profissional médico, afirmou, em entrevista ao Estadão.

Um desafio mundial e um dos gargalos do Mais Médicos sempre foi a distribuição desigual pelas cidades. O bônus salarial e a possibilidade de pós-graduação, na visão de Proença, são uma resposta importante, mas a pasta entende que só isso não

resolve o problema. É uma questão bastante complexa, depende também da oferta de residência.

Avaliamos que sim vai aumentar o tempo de permanência de profissionais no programa. Agora, falar em resolução desse problema é algo bem mais complexo, porque é algo que todos os países tem se debruçado. Tem de ser agregado a uma série de iniciativas do Ministério da Saúde e do Ministério da Educação, afirma.

Os profissionais poderão se inscrever a partir da sexta-feira, 26, no site, e até 31 de maio. O programa privilegiará a contratação de médicos formados no Brasil ou com diploma revalidado no País, mas, caso houver cargos vacantes, brasileiros formados no exterior e estrangeiros podem ser contratados.

Cidades

O Ministério também enviou ao Estadão a relação de vagas por cidade. Aproximadamente oito a cada dez vagas ofertadas é fora de capitais. Em números absolutos de contratação, porém, Manaus (256), São Paulo (150), Boa Vista (134), Fortaleza (91) e Rio de Janeiro (79) aparecem como as principais beneficiárias.

Conforme mostrou o Estadão, o estudo Demografia Médica, conduzido pela Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP) em parceria com a Associação Médica Brasileira (AMB), de 2002 a 2013, mesmo com maior formação de profissionais da medicina, a concentração de médicos nos grandes centros ainda é expressiva: são 6,21 por mil habitantes nas capitais e só 1,72 no interior.

Proença, porém, destaca que, mesmo dentro de cidades e Estados com médias mais altas de médico por habitante, há uma heterogeneidade de acessos conforme a região de saúde. Basta a gente caminhar um pouquinho dentro da própria capital, ir na sua periferia, que a gente observa que tem falta de profissionais também.

Como será calculado o bônus por permanência

O bônus será calculado pensando em dois perfis de profissionais: aqueles que integraram o Fies e aqueles que não usaram o financiamento. O valor a ser pago também corresponderá ao tempo de permanência no programa e no grau de vulnerabilidade da cidade onde for alocado. Quem não usou Fies poderá receber adicional de R\$ 60 mil (10% do total das bolsas) a R\$ 120 mil (20%) a depender da vulnerabilidade do município. O profissional recebe o incentivo completo ao final de 48 meses ou poderá antecipar 30% do valor ao final de 36 meses.

Para os profissionais advindos do Fies, o adicional varia de R\$ 238 mil (40% da quantia a ser recebida no período) até R\$ 475 mil (80%). O valor será pago em quatro parcelas: 10% por ano durante os três primeiros anos, e os 70% restantes ao completar 48 meses. Médico oriundo do Fies recebe incentivo maior com o objetivo de agregar políticas públicas, explicou Proença. Médico que ao longo da graduação teve Fies tem maior possibilidade de estar em municípios com menos de 20 mil habitantes. Então a gente está agregando iniciativas e vai no sentido do que a OMS (Organização Mundial da Saúde) recomenda que é trabalhar com políticas públicas diversificadas.

R\$ 1 milhão

O edital também prevê ajuda de custo, de até R\$ 36 mil (o valor de três bolsas), para aqueles que precisarem mudar-se do local de domicílio. Além disso, pode haver auxílio-moradia e auxílio-alimentação a depender do município, informou Proença. Com isso, alguns profissionais podem chegar a receber mais de R\$ 1 milhão ao final dos quatro anos do contrato. Nas contas do Ministério, menos de 5% dos profissionais, porém, se enquadram neste perfil.

Esse profissional, por exemplo, precisará ter vindo do Fies e estar ou se mudar para cidade considerada de difícil fixação e alta vulnerabilidade. Conforme Proença, essas cidades, em sua grande maioria, estão no Norte e Nordeste, bem como em regiões de fronteira. Conforme contabilizou o Estadão, com base na tabela enviada pelo Ministério, pouco mais de 100 municípios se encontram no perfil de mais alta dificuldade de fixação, levando em consideração o bônus previsto pela vaga. Alguns exemplos são: Marechal Thaumaturgo (AC), Inhapi (AL) e Serra dos Aimorés (MG).

Pós-graduação

Além do bônus de permanência, o ministério aposta em oferta de pós-graduação lato ou stricto sensu para manter o profissional no programa. Por se tratar de um programa de educação para o trabalho, os dois

primeiros anos do médico no programa já são dedicados a uma especialização em saúde da família e da comunidade. Então, a partir de 2025, o profissional poderá optar pelo aperfeiçoamento, que não tem número de vagas fechado por ora. Estamos conversando com as instituições para ter uma ampliação importante no número de vagas no âmbito de mestrado, especialmente a partir de 2025, que é quando os médicos completam dois anos de atividade de especialização. A partir daí vamos ofertar o mestrado, assim como ofertar pós-graduações mais específicas se o profissional se interessar, por exemplo, em estudar um pouco mais os problemas de saúde de infectologia ou de cardiologia que acontecem na atenção primária à saúde, disse Proença.

A carga horária dedicada para cada atividade, ensino e profissional, foram tema de portaria interministerial da Saúde e da Educação, publicada na última quinta-feira, 18. A portaria define como ocorrerá a formação dos profissionais, com cursos ofertados por instituições de educação superior, além de componentes assistenciais de integração e serviço, segundo a Saúde. Serão 44 horas de carga horária nos cursos de aperfeiçoamento, sendo 36 horas semanais dedicadas às atividades assistenciais e oito horas para atividades de formação, explicou, em nota.

Saúde indígena

Neste edital, especificamente, não há vagas para saúde indígena, que, segundo Proença, serão alvo de um edital específico que deve ser lançado ainda em junho. O secretário falou que 300 vagas estão previstas. Proença lembra que a gestão retomou no início deste ano um edital da gestão anterior para saúde indígena, que foi paralisado por cortes orçamentários - ele poderia ter sido concluído em setembro, disse o secretário. Conforme o ministério, 117 médicos foram convocados para atuar em Distritos Sanitários Indígenas (DSEIS), inclusive no território Yanomami que se encontra em situação de emergência sanitária.

Licença maternidade e paternidade

Pela primeira vez, um edital do Mais Médicos prevê licença maternidade e paternidade. Quem se tornar mãe durante o período de atuação terá direito a seis meses, com complemento do valor pago pelo Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) para alcançar o valor da bolsa do Mais Médicos. O mesmo benefício se estenderá aos que se tornarem pais, com direito a 20 dias. Anteriormente, as mães deixavam de receber a bolsa durante o período de licença, passando a receber apenas auxílio do **INSS**. Pais não tinham previsão de afastamento.

Brasileiros privilegiados

Conforme prometido pelo governo, profissionais formados em solo nacional serão privilegiados nesta versão do programa. O preenchimento das vagas seguirá a seguinte ordem de prioridade, conforme o edital:

Perfil 1: médicos formados em instituições de educação superior brasileiras ou com diploma revalidado no País, com registro no Conselho Regional de Medicina (CRM);

Perfil 2: médicos brasileiros com habilitação para exercício da Medicina no exterior;

Perfil 3: médicos estrangeiros com habilitação para exercício de medicina no exterior.

Site: <https://www.terra.com.br/vida-e-estilo/saude/mais-medicos-novo-edital-preve-bonus-de-ate-r475-mil-para-fixar-profissional-em-area-vulneravel,053b56f335259702aff72d830e1288b0ub08rg67.html>

IR: dicas para quem vai começar a declaração na reta final

O prazo final para o envio da declaração de Imposto de Renda 2023 está perto: até 31 de maio às 23h59. A **Receita Federal** recomenda que o contribuinte não deixe para a última hora a fim de evitar dores de cabeça e o possível atraso na entrega.

Confira algumas dicas que separamos para quem vai começar a declaração nesta reta final.

Se você vai começar a preencher a declaração na reta final, comece o quanto antes.

A declaração só poderá ser entregue até 23h59 do dia 31 de maio. Depois desse horário, o envio já estará em atraso, o que acarreta multa, juros, e o contribuinte fica com o CPF irregular.

Além disso, se for necessário retificar a declaração, o contribuinte poderá fazer isso sem nenhum problema até o prazo final. Isso já não é permitido a partir de 1º de junho, passado o prazo de entrega.

No ato da declaração, pode ser que o contribuinte perceba que algo está faltando. Se reunir os documentos o quanto antes, terá mais tempo para providenciar o que for necessário.

É preciso considerar, também, que questões técnicas podem acontecer, como problemas no programa e quedas de conexão ou energia.

Para preencher corretamente as informações, ou até mesmo conferir os dados que vêm da pré-preenchida, é necessário que o contribuinte esteja com respaldo de documentos que ajudam a mitigar qualquer chance de erro.

Vale lembrar que o preenchimento equivocado do programa pode levar a pessoa à malha-fina, em que será preciso, possivelmente, retificar a declaração, o que acarretaria em mais trabalho

O ideal é que, antes mesmo de sentar-se à frente do computador - ou pelo celular, com o app Meu Imposto de Renda -, o contribuinte reúna documentos referentes a rendas e despesas . Isso significa, principalmente: informes de rendimentos, que podem ser de empresas empregadoras - casos de pessoas registradas sob regime de CLT -, do **INSS**, para quem for aposentado ou pensionista, entre outros. Nestes

informes, constam as informações essenciais para a declaração, como valores recebidos e retidos na fonte. Veja mais aqui .

Pessoas que receberam rendimentos tributáveis acima de R\$ 28.559,70 em 2022 vão precisar apresentar a prestação de contas ao Fisco. Nesta categoria se encaixa, por exemplo, o salário recebido por profissional que atua sob regime de CLT.

E é sempre importante lembrar: os rendimentos tributáveis fazem parte apenas de um dos itens que obrigam a entrega de IR, o que significa que é importante olhar todos, para que não haja risco de erro; os dados a serem preenchidos neste ano são referentes ao ano-calendário de 2022. Você pode conferir essas informações no Perguntão da Receita , disponível neste link .

Confira todos os itens que obrigam a declaração ao Fisco aqui .

Site: <https://www.terra.com.br/economia/dinheiro-em-acao/imposto-de-renda/ir-dicas-para-quem-vai-comecar-a-declaracao-na-reta-final,09fd4033d8a55b7ecfb478e4e0373146zymtz9n8.html>

"Governo precisa intensificar diálogo com o setor privado"

Denise Rothenburg e Vinicius Doria

Entrevista/JOÃO DORIA

Denise Rothenburg e Vinicius Doria

Depois de uma maratona de eventos internacionais do grupo Lide, em que ouviu empresários e autoridades tendo o Brasil como centro das discussões, o ex-governador de São Paulo João Doria, hoje sem partido, avalia que o governo federal ainda não encontrou o ponto de diálogo com o empresariado e faz um apelo: "Vamos olhar para frente. Vamos colocar o Brasil olhando para frente, nada de ficar olhando no retrovisor, fazendo críticas ao passado, não vamos perder mais tempo com isso". Ele cita, especialmente, o agronegócio: "Não pode haver uma visão de que o agro é bolsonarista, é isso ou aquilo. O agro é do Brasil. É preciso que o governo também compreenda isso e tire completamente da pauta questões ideológicas, partidárias, políticas e a visão do passado", diz. Doria considera que, para que esse diálogo ocorra, Lula precisa estar mais presente no Brasil ou delegar mais ao vice, Geraldo Alckmin, que governou São Paulo por 16 anos. Ele também fala das dificuldades de negociação entre governo e Congresso e elogia a decisão de Lula de priorizar a agenda ambiental. "O Brasil deu um salto numa pauta onde a deficiência era total, era um zero à esquerda", diz, ao lembrara "vergonha" que passou, por ser brasileiro, na cúpula do clima de Glasgow, quando o presidente era Jair Bolsonaro.

Empresário diz que é preciso tirar questões ideológicas da pauta e olhar para a frente

O senhor vem de uma temporada de reuniões do Lide, com ministros, presidentes do Senado, da Câmara, em Nova York, Londres, Lisboa. Qual a principal mensagem desses encontros?

E ainda vamos ter em Washington este ano um grande encontro com Bird, Banco Mundial, o IFC (International Finance Corporation); e, depois, em novembro, um grande evento em Shanghai, na China. O grande fator que motiva esses encontros é o Brasil, realizarmos projetos, programas e debates que possam apresentar o Brasil como bom destino para investimentos internacionais. Investimentos na área industrial, comercial, setor de serviços, tecnologia. O setor de

saúde e também na infraestrutura dos municípios e dos estados. E tenho como referência que há um desejo manifesto do empresariado brasileiro por um bom diálogo com o governo e, a meu ver, ainda falta intensificar esse diálogo. Acredito que o governo Lula, não apenas através do seu ministro da Fazenda, Fernando Haddad, mas também por outros ministros, precisa intensificar o diálogo com o setor privado, setor produtivo, setor do agronegócio, setor financeiro, setor da indústria, do comércio, no campo de serviços de forma geral. Ainda falta um pouco de diálogo. Acho que pode se intensificar esse diálogo na busca de soluções comuns para o bem do Brasil.

O governo Lula entrou com muita expectativa, veio uma tentativa de golpe de janeiro, depois, houve um embate, que parece que se mantém, em torno alas ideológicas dentro do governo. E agora temos a reta final desse primeiro semestre com a questão do arcabouço fiscal e **reforma tributária**. Como é que os atores que participaram desses eventos avaliam essa gangorra que tem sido esses primeiros seis meses do governo Lula?

Primeiro um elogio, ao esforço pessoal do ministro Fernando Haddad, na busca do entendimento para o arcabouço fiscal e também do enunciado da **reforma tributária**. Vale uma outra positiva ressalva às manifestações pacificadoras do ministro na relação com o Banco Central e, especialmente, com o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto. Louvo essa postura até porque tem sido um pouco isolada como comportamento de governo. Eu gostaria que fosse multiplicada, compartilhada pelo governo Lula como um todo. Ou seja, mais exemplos de diálogo e pacificação e menos exemplos de distanciamento e confronto. Se seguirmos esta boa linha de conduta do ministro da Fazenda, entendo que o resultado será melhor, os erros serão minimizados, e o potencial de acerto será ampliado. E essa conduta econômica do governo pode pautar o resultado da administração de Lula. Se o governo tiver êxito na parte econômica, será um governo bem avaliado. Não apenas pelo setor produtivo, mas pela população de forma geral. Vale lembrar que um país que prospera, gera novos negócios, amplia a oportunidade de empregos, melhora a renda dos brasileiros, reduz o custo do estado no âmbito social, melhora a percepção dos mercados internacionais e coloca a bandeira da prosperidade desfraldada no país como

um todo. Portanto, espero que este seja o caminho adotado e fortalecido pelo governo, mais diálogo, mais entendimento, mais busca por pontos comuns, que atendam ao interesse, majoritário de todos, menos política, menos confronto, menos ideologia, talvez até menos partidarismo sejam contributivos para o Brasil que todos desejamos.

Não lhe parece anacrônico que essa interlocução política esteja sendo feita pelo ministro Fernando Haddad e não pela interlocução institucional no Congresso?

É preciso definir isso com mais clareza, mas essa é uma competência do governo Lula e do próprio presidente. Ele tem que ter sensibilidade, atenção para isso. Talvez falte mais a presença do presidente aqui. Ele tem tido uma agenda intensa de viagens internacionais. Não sou contra o restabelecimento ou a reinserção do Brasil na diplomacia internacional, o Brasil se tornou, durante o governo Bolsonaro, um país isolado. Lula quer reinserir. Mas precisa ter um esforço adicional, também aqui, ou delegar isso a quem merecer conduzir esse processo para evitar dicotomias. Ou seja, o ministro da Fazenda tem um discurso, o presidente do partido que representa o governo tem outro, e ministros do próprio governo tem posições antagônicas. Isso não é saudável. Repito, o ministro da Fazenda tem tido um esforço louvável, de diálogo constante com o setor produtivo. Obviamente, que ele reproduz uma parte desse sentimento. O outro é o diálogo com o povo, com a população de forma geral, mesmo não sendo representantes dos setores produtivos, mas falta um pouco mais de harmonia. Creio que Lula, na volta de sua viagem ao Japão, talvez possa se aplicar um pouco mais, ou delegar, porque se a pauta de viagens continuar intensa, como tem sido demonstrado em seus primeiros cinco meses, vai ser difícil Lula governar e gerenciar as operações aqui no Brasil a distância. Ele terá que delegar, por exemplo, ao vice-presidente Geraldo Alckmin, que tem a experiência consolidada, foi governador de São Paulo por 16 anos, talvez delegar ao vice-presidente a conduta e o gerenciamento de temas que hoje estão centralizadamente sobre comando de Lula.

Como observador atento, qual tem sido o maior acerto e o maior erro do governo?

Prefiro me ater aos acertos. Não quero ser crítico do governo, quero ser observador construtivo. Nesse sentido, destaco a pauta ambiental. O Brasil deu um salto numa pauta onde a deficiência era total. O Brasil era um zero esquerda. A sua política ambiental, na propagação de compromissos ambientais. Eu assisti isso presencialmente, fui a COP em Glasgow, a penúltima. Fiquei muito envergonhado de ver, assistir, ouvir e acompanhar manifestações de países do

primeiro mundo criticando o desinteresse e a falta de compromisso do Brasil com a pauta ambiental. Isso já mudou. A COP realizada no Egito recentemente, o presidente Lula, a ministra Marina Silva (Meio Ambiente), e outros representantes do governo deixaram claro o compromisso do Brasil com a descarbonização, com o Race to Zero, com o projeto 2050, da ONU, e com o programa de preservação da floresta amazônica e do território indígena. Este sim, considero como umavitoria concreta, como um caminho, bem direcionado. Obviamente, há um longo caminho a ser perseguido nessa questão ambiental, mas já há demonstração clara, de um compromisso completamente diferente dos equívocos que foram praticados no governo anterior. Então, essa é uma pauta positiva, sensível e o Brasil deu uma demonstração positiva nos últimos meses, bem recebida, inclusive, por países do primeiro mundo, haja visto, as contribuições ao fundo soberano, ao fundo amazônico pelos EUA, pela Alemanha, pelos países nórdicos, e a própria Grã-Bretanha, que já anunciaram destinação de recursos para o fundo amazônico. Essa é uma vitória do atual governo, mas não podemos governar apenas com uma pauta.

E não dá para governar só com discurso, porque a questão ambiental também é, hoje, uma das principais barreiras aos produtos brasileiros do agronegócio, por exemplo. É usada politicamente pelos países que competem com o Brasil e protegem seus mercados. União Europeia, Estados Unidos.

O governo tem que dialogar. O governo não deve confrontar, nem se afastar nem esfriar relações com o agro. Temos que esquecer ideologias, partidos e até um pouco o passado. Se possível, recolher o retrovisor e trabalhar com a visão frontal. Presencial, do hoje e do amanhã. Senão, vamos ficar sempre na situação do conflito, da acusação, do emparedamento. E esse não é um bom caminho. Entendo que o agro tem que estar ao lado do governo e o governo ao lado do agro. Não pode haver uma visão de que o agro é bolsonarista, é isso ou aquilo. O agro é do Brasil. Gera milhares de empregos em todo país, gera renda, é fator econômico que mais impulsiona a economia brasileira no plano mundial, as exportações de commodities seguem avançando. É preciso que o governo também compreenda isso e tire completamente da pauta questões ideológicas, partidárias, políticas e a visão do passado. Vamos olhar para frente. Vamos colocar o Brasil olhando para frente, nada de ficar olhando no retrovisor, fazendo críticas ao passado, não vamos perder mais tempo com isso. Vamos olhar as questões que podem colocar o Brasil no patamar de um país em desenvolvimento, atraindo investidores internacionais, dando garantias jurídicas que as regras não serão modificadas, que aquilo que foi desestatizado será

mantido assim, que as regras foram debatidas e votadas no Congresso serão obedecidas. Ou seja, segurança jurídica e segurança institucional. Havendo isso, o Brasil será um extraordinário destino de investimentos internacionais e isso vai ajudar o Brasil.

Mas o que se ouve aqui, nos bastidores, é que passado o arcabouço fiscal, o PT pretende retomar a agenda de de-sestatização, há uma tensão no ar, uma parte deseja rever a desestatização da Eletrobras, tudo o que estava encaminhado para privatizar, foi parado. Como o senhor vislumbra o futuro governo com essa pauta?

Vejo um risco desnecessário. Reanalisar a privatização da Eletrobras para reestatizá-la é uma mensagem péssima para o mundo econômico-financeiro e produtivo mundial. Não é com recado ruim apenas para o Brasil, para as empresas que acreditando na segurança jurídica, nos procedimentos que foram avaliados pelo Congresso, pelo Tribunal de Contas da União e, seguindo os movimentos que foram realizados com transparência na Bolsa de Valores na B3. Voltar atrás seria colocar em risco a credibilidade do governo e do país na segurança jurídica, porque, quem volta atrás no tema da Eletrobras pode voltar atrás em outros temas também.

Tentou voltar no saneamento e não conseguiu.

Não conseguiu porque o Congresso, a meu ver acertadamente, impediu que isso evoluísse, um equívoco do governo querer rever. O marco do saneamento foi uma conquista para o país ter a oportunidade de empresa de saneamento dos estados recebam recursos privados para sua expansão e melhoria dos seus serviços. E a implantação de serviços, onde milhões de lares brasileiros não têm água nem esgoto, não há recurso público para isso, sabemos, fui governador, falo com conhecimento de causa. A maior empresa de saneamento do país, da América Latina e terceira maior empresa do mundo, é do governo de São Paulo que, aliás, será privatizada. Corretamente privatizada. Nós planejamos isso e acertadamente o governador Tarcísio de Freitas vem dando continuidade e fazendo a modelagem para sua privatização. E deve prosseguir, ele está certo. O que não está certo é o governo querer revisar, voltar atrás em conquistas importantes, o marco do saneamento, a privatização da Eletrobras, a reforma trabalhista. São pontos que não devemos retroagir. Ficar afeito a vocações políticas, intenções partidárias, compromissos ideológicos isso não é bom para o Brasil. Já não foi bom no governo passado, como uma visão de extrema direita para o país, assim como a visão dos extrema esquerda no momento é ainda inadequada. Dialogar sim, não há problema em visões

mais à esquerda, mais à direita. Isso faz parte da democracia. O contraditório enobrece, engrandece e aprimora a democracia. Agora, o extremismo piora, enfraquece a democracia, principalmente, a economia.

Lula enfrenta uma situação institucional que não conhecia nos dois mandatos anteriores: um Congresso com muito mais poder, o STF também, e comanda um Executivo mais enfraquecido.

O embate já está definido. O recado dado em Nova York, no fórum que o Lide promoveu, pelo presidente da Câmara, Arthur Lira, e outros parlamentares que lá estiveram, Fica claro que o Congresso não será conduzido pelo governo nem será fiel cão de aceitação de todas as medidas que o governo deseja, terá que dialogar. E dialogar exige consenso. E não conversar é pior ainda. O Congresso acertou ao dizer: "Não vamos perder o marco do saneamento". E, posso antecipar, esse é o sentimento da grande maioria dos governadores, a grande maioria é a favor do marco e da privatização de suas empresas de saneamento. Assim como a reforma trabalhista foi importante para o setor privado e abriu várias novas oportunidades para investidores internacionais. Voltar atrás, retroagir, é caminho muito nocivo para o Brasil e um péssimo recado para o futuro.

O senhor pensa em voltar à política?

Não voltarei. E sou peremptório nisso. Não sou mais filiado a nenhum partido e não estou mais na política, o que não significa que tenha mágoa, ressentimentos ou arrependimentos. Tomar a decisão de votar para onde vim, o setor privado. Governei o maior estado do país, venci todas as eleições das quais participei, incluindo as prévias do PSDB, e volto ao setor privado sem mágoas.

Como o senhor vê o PSDB hoje?

Desejo boa sorte ao PSDB.

O agro tem que estar ao lado do governo e o governo ao lado do agro. Não pode haver uma visão de que o agro é bolsonarista, é isso ou aquilo. O agro gera milhares de empregos, gera renda"

Japão promete isenção de visto a brasileiros

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) alcançou alguns resultados práticos durante a cúpula do G7 no Japão, encerrada neste domingo (21).

No sábado (20), ao se reunir por cerca de uma hora com o primeiro-ministro do país anfitrião, Fumio Kishida, este anunciou que seu país pretendia "iniciar procedimentos para a introdução de isenção de visto de curta duração para portadores de passaporte comum do Brasil".

Também confirmou para breve um empréstimo de 30 bilhões de ienes (R\$ 1,09 bilhão, aproximadamente) para saúde e outros setores em Brasília. Expressou, por fim, esperança no avanço da **reforma tributária** brasileira, destacando que as empresas japonesas estão prestando muita atenção a isso.

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50284>

Agro e serviços se unem por mudança na reforma tributária



Os deputados Aguinaldo Ribeiro (relator da reforma tributária), Pedro Lupion (presidente da FPA) e Reginaldo Lopes (coordenador do grupo de trabalho da reforma) FPA/Divulgação

Eduardo Cucolo são paulo

Duas das maiores frentes parlamentares setoriais do Congresso Nacional vão atuar em conjunto para demandar tratamento diferenciado para os setores do agronegócio, do comércio e de serviços na **reforma tributária**.

As frentes são grupos que reúnem pelo menos um terço dos membros do Poder Legislativo (mínimo de 198 parlamentares, entre deputados e senadores) de vários parti; dos em torno de um tema. É comum que um mesmo parlamentar faça parte de mais de um grupo. Por isso, os membros das frentes podem representar os interesses de mais de um setor da economia.

Com mais de 300 representantes no Congresso, a FPA (Frente Parlamentar da Agropecuária) diz que uma alíquota diferenciada no novo tributo sobre o consumo é só uma das demandas do grupo. Esse é também um dos pontos defendidos pela FCS (Frente Parlamentar em Defesa do Comércio e Serviços), que reúne mais de 200 congressistas.

A Frente Parlamentar Mista da Indústria, setor que tem apoiado mais ostensivamente a reforma, deve ser instalada nos próximos dias. Ela será presidida pelo deputado José Rocha (União-BA), que também é vice-presidente da FPA.

Até 2022, havia uma frente parlamentar dedicada à **reforma tributária**. Seu presidente, o ex-deputado Luis Miranda (Republicanos-DF), não se reelegeu e,

até o momento, não foi formado um grupo em defesa dessa pauta.

Na avaliação das frentes do agro e de serviços, neste momento não é possível apoiar a reforma no formato das duas propostas apresentadas nos últimos quatro anos, embora concordem que é necessário simplificar o sistema.

Um novo texto está sendo elaborado pela Câmara para ser apresentado neste semestre, prevendo alíquotas diferenciadas, conforme indicação do deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), relator da proposta.

Os dois grupos já preparam sugestões para alterar esse relatório e, caso não sejam atendidas, prometem tentar mudar o texto no plenário de votação.

"Estamos com o propósito de fazer em breve um grande encontro promovido pela FPA e pela FCS simultaneamente, em que vamos buscar unificar as nossas pautas, em relação principalmente à **reforma tributária**. Estamos falando de uma força bem expressiva que representa ampla maioria do Congresso", diz o deputado Domingos Sávio (PL-MG), presidente da FCS e um dos vice-presidentes da FPA.

"Como ainda não temos um novo texto, continuamos trabalhando com a posição de que não temos condições de nos manifestar favoráveis [à reforma]." Entre os entraves apontados pelas frentes está o receio de que haverá aumento de carga tributária para esses setores em benefício da desoneração da indústria.

"A gente entende que precisa melhorar o sistema tributário, precisa simplificar. Agora, da maneira que está, os números que nos apresentaram são assustadores. Comércio, serviços e agro seriam extremamente prejudicados. Precisamos entender se estamos ou não equivocados", afirma Pedro Lupion (PP-PR), presidente da FPA, citando estudos encomendados pelo setor.

"Não queremos ser do contra. Queremos achar um caminho em que seja possível avançarmos juntos. Hoje, pelo que tem apresentado, não é possível." O governo ainda não divulgou dados sobre o impacto da **reforma tributária**. O que há até o momento é uma

guerra de números apresentados por vários setores e especialistas, com resultados divergentes.

50284

O deputado José Rocha (Uni-ão-BA), presidente da frente da indústria e vice-presidente da FPA, também afirma que há muitas arestas para serem aparadas nas discussões sobre a reforma.

"Ainda não está muito bem alinhado com os diversos segmentos da economia. Então fica difícil colocar para votar", afirma o parlamentar, que destaca que o grupo ainda não se reuniu para fechar uma posição em torno do tema.

Os parlamentares lembram que os membros de uma frente não têm a obrigação de seguir a orientação do grupo e que, na hora do voto, pesam mais a orientação partidária e os acordos com o governo.

O presidente da FPA afirma, no entanto, que há muitas preocupações comuns a todos os membros do grupo. Uma delas é a possibilidade de a devolução do imposto (cashback) da cesta básica não alcançar todos os que necessitam.

A manutenção da isenção para cooperativas e a necessidade de pejetização dos produtores rurais são outras questões em aberto, mas não as únicas.

"No caso do integrador de frango, por exemplo. Quem vai pagar o imposto? Quem entrega a ração ou quem engorda o frango? Isso ninguém conseguiu responder ainda. São particularidades que estão presentes na nossa cadeia que é diferente de você tratar de uma indústria", afirma o deputado.

"A gente está falando do Brasil real, do pequeno produtor que não tem a mínima condição nem conhecimento para fazer uma nota fiscal, um CNPJ, buscar uma profissionalização ou transformação em MEL" Há também a desconfiança entre os parlamentares de que o governo quer promover um aumento da carga tributária sobre o consumo. Para o presidente da FCS, isso pode gerar dividendos políticos ao Executivo, que terá mais recursos para gastar em políticas públicas, mas representa um desgaste que não será absorvido pelo Parlamento.

"No geral, o deputado representa um conjunto da sociedade em que você tem todos esses setores produtivos presentes. Se um estiver sendo prejudicado, a cobrança vai vir em cima do deputado. Aquele que votar a favor de aumento de imposto vai ter muita dificuldade de se explicar na sua base", afirma o deputado Domingos Sávio.

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=>

Relator não descarta mais mudanças em arcabouço

Renan Truffi e Lu Aiko Otta De Brasília

Apesar de estar com base parlamentar dividida, o governo espera aprovar, esta semana, o projeto de lei com a nova regra fiscal.

A votação está prevista para acontecer na próxima quarta-feira (24), mas o relator do arcabouço fiscal, deputado Cláudio Cajado (PP-BA), não descarta fazer mais mudanças e ajustes em seu parecer final até a análise pelo plenário da Câmara.

"Eu espero que não [seja necessário alterar o texto final], o relatório está bem balizado, equilibrado. Porém, não me furto a melhorá-lo. Nas reuniões com o governo, no colégio de líderes, podemos melhorá-lo ainda mais", explicou o parlamentar ao Valor ontem.

Chamado de "bala de bronze" pela ministra do Planejamento, Simone Tebet, o projeto estabelece um horizonte para as contas públicas nos próximos anos. A "bala de prata" é a **reforma tributária**, que o governo pretende votar em junho. Com esses dois temas encaminhados, será possível passar à agenda de médio prazo que discutirá "o futuro", disse na semana passada o ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Diferentemente de outras propostas, o arcabouço e a **reforma tributária** contam com o apoio do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). Outras matérias, como o conjunto de sete Medidas Provisórias (MPs) lançadas no início do governo, dependerão da articulação do Executivo para serem votadas e não perderem a validade no início de junho.

O próprio Cajado, que está relatando o Projeto de Lei Complementar (PLC) 93/2023, que cria o novo arcabouço fiscal, disse em entrevista recente ao Valor que o governo precisa organizar sua base para votar, por exemplo, os dois projetos de lei destinados a aumentar a arrecadação que Haddad pretende encaminhar ao Congresso na sequência.

O projeto da nova regra fiscal, que Cajado não gosta de chamar de "arcabouço", chega à sua semana decisiva na Câmara sob dois debates. O primeiro, com grupos que buscam tratamento especial para seus orçamentos.

No sábado, o relator divulgou nota explicando por que algumas despesas ficarão limitadas pelo teto de gastos previsto na proposta e outras, não.

O segundo debate é com o mercado financeiro, que calculou um incremento de até R\$ 80 bilhões nas despesas de 2024, por conta de alterações que Cajado fez na proposta original do governo.

O relator confirma que houve aumento, mas de apenas R\$ 12 bilhões. Haddad também declarou, na última quinta-feira, que não há a expansão de gastos estimada pelo mercado. Até mesmo o deputado Pedro Paulo (PSDRJ), que na semana passada se dizia plenamente satisfeito com o relatório de Cajado, elaborou nota dizendo que detalhes "engordam" as despesas e elevam o risco de o governo elevar **impostos**.

Por conta disso, ele apresentou uma emenda que pretende proibir isso.

"Desinformação", diz o ministro Haddad a quem lhe pergunta sobre essa guerra de números.

Sua equipe aposta no diálogo para desconstruir argumentos que porventura estejam tecnicamente equivocados.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187551>

Governo começa a aceitar a ideia de que não terá maioria no Congresso



Lula: "Cada votação você tem que conversar com todos os deputados"

Ricardo Mendonça De São Paulo

Ganha força entre os apoiadores do presidente Luiz Inácio Lula da Silva a ideia de que, não adiante insistir, a atual gestão precisará trabalhar os quatro anos de mandato sem dispor do apoio determinado de uma maioria fixa, estável e segura no Congresso Nacional para aprovação dos projetos de interesse da governo.

O jeito, afirmam os adeptos desse entendimento, será encontrar uma forma de aprender a governar sem apoio majoritário.

Pelo menos enquanto um almejado impulso da economia não servir de facilitador de adesões.

Dias atrás, Lula deu pistas de ter aderido a esse entendimento.

Falando durante um evento sobre educação no Ceará, enveredou o pronunciamento para a relação com o Congresso e, implicitamente, reconheceu o desafio.

"Tem gente que pergunta para mim: "Ô Lula, quantos deputados você tem na sua base?". Eu falo 513.

Tenho 513 deputados e 81 senadores, e eles serão testados em cada votação. Cada votação você tem que conversar com todos os deputados.

Nenhum deputado é obrigado a votar naquilo que o governo quer, do jeito que o governo quer [...] E nós temos que entender que isso faz parte do jogo democrático.

Não é o Congresso que precisa do governo. Do jeito que está a Constituição, é o governo que precisa do Congresso", disse.

Um antigo apoiador de Lula com larga experiência no Executivo e no Legislativo e que preferiu falar no anonimato afirmou que "não se trata de jogar a toalha" na busca por uma maioria. "Mas assumir essa dificuldade como uma realidade e fazer uma atuação de relacionamento com o Congresso coerente com essa situação." Uma atuação orientada pela compreensão de que o governo não tem e nem terá uma maioria fixa, explica, significa recorrer o mínimo possível ao Congresso Nacional para dar curso aos projetos do programa do PT.

Uma das orientações seria patrocinar propostas de emenda à Constituição (PECs) somente quando for absolutamente indispensável e apenas para temas que tendem ao consenso da opinião pública, como é o caso do arcabouço fiscal e da reforma tributária.

Pior que não apresentar o projeto é arriscar e perder, diz, pois isso mina a autoridade do governante.

Outro procedimento seria reduzir ao máximo a edição de medidas provisórias (MPs), normas que perdem a validade se não forem aprovadas em até 120 dias.

Sempre que possível, as MPs, conforme esse entendimento, devem ser substituídas por Projetos de Lei Complementar, modalidade que também precisa de maioria simples para aprovação, mas que tem tramitação mais demorada, o que oferece mais tempo para o processo de convencimento.

"Minha tese é essa aí", afirma o deputado Rogério Correia (PTMG), vice-líder do governo na Câmara.

Ele concorda que, no atual cenário, o governo precisará negociar exaustivamente para aprovar cada projeto, buscar apoios fora do Parlamento, fazer mobilização social e saber pegar embalo nas marés de conjuntura.

O pedido de urgência para o Projeto de Lei das Fake News é citado com exemplo. Ganhou impulso no momento em que aumentou a preocupação da sociedade com boatos, ameaças e notícias falsas sobre atentados em escolas. Na sequência, já inseguro em relação à chance de aprovação, o próprio relator pediu sua retirada da pauta.

A ideia de reformar a reforma trabalhista aprovada em 2017, no governo Michel **Temer**, é uma das que entram no rol de projetos mais difíceis de serem aprovados do que se imaginava antes da eleição.

"Nesse momento, nesse tema, alterar o que foi feito de mudança na Constituição seria muito complicado mesmo", admite Correia.

Ministro do Trabalho, Luiz Marinho expressou ideia semelhante numa entrevista recente ao portal Opera Mundi. "O essencial seria construir uma nova legislação", disse. "Mas encarando a realidade, eu sugiro fazer revisão por pontos, na construção paulatina junto às bancadas de trabalhadores e empregadores, buscando criar entendimento, que busca transformar em lei." Ao citar a "complexidade do Parlamento", Marinho disse que o governo irá se frustrar se enviar um pacote trabalhista ao Congresso.

Além do crescimento das bancadas de direita e de extrema-direita na última eleição, Rogério Correia cita dois fatores que, segundo sua avaliação, reduziram as condições do governo de formar uma ampla maioria.

O primeiro foi o agigantamento das chamadas emendas individuais impositivas, que agora alcançam cerca de R\$ 30 milhões por deputado.

Antes, o parlamentar precisava contar com a boa vontade de ministros para levar recursos para sua base. Agora, depende cada vez menos disso. Consegue produzir impacto apenas com suas próprias emendas. "Isso tirou um poder de barganha grande que qualquer governo tinha", diz ele.

O segundo fator, afirma, foi o aumento da exposição da atuação de parlamentares do chamado baixo clero nas redes sociais por parte da direita. "Aquele deputado desconhecido do Centrão não sobrevive mais se for só fisiológico", explica. "Hoje ele é muito vigiado e exposto pela direita.

Se votar com a esquerda, perde a próxima eleição." Nas últimas semanas, deputados e senadores ofereceram várias amostras da fragilidade do governo no Congresso. Além da retirada da pauta do PL das Fake News, houve derrota na Câmara na votação de um decreto legislativo sobre saneamento, criação de uma CPI para apurar atos do MST e ainda a

aprovação da CPI dos atos do 8 de janeiro - iniciativa que originalmente contrariava os interesses do governo.

"Encarando a realidade, sugiro revisão [trabalhista] por pontos" Luiz Marinho

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187551>

Governo aposta em ser líder da indústria verde e atrair recursos privados



Secretária Tatiana Rosito: "Transição não será realizada se não for possível atrair recursos privados"

Lu Aiko Otta, Estevão Tair, Guilherme Pimenta De Brasília

De volta à cena internacional e à agenda ambiental, o Brasil quer ser parte ativa dos debates sobre sustentabilidade e reconversão do modo produtivo mundial, disse ao Valor a secretária de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, Tatiana Rosito.

"A resposta climática passa necessariamente pela economia." "Não se pode ter um modelo que seja de fato sustentável numa economia de baixo carbono sem que as economias em desenvolvimento sejam parte integral e possam se apoderar de parte da riqueza", disse. "O Brasil tem de ser um dos líderes na nova indústria verde." O tema ambiental estará presente em todos os foros internacionais dos quais o país participará este ano, do G-7 à Assembleia Geral da ONU. Faz parte também da agenda do G-20, bloco de grandes economias do mundo que o Brasil passará a presidir no fim deste ano.

Para tanto, o Brasil precisa estar preparado, disse a secretária.

"Diante das oportunidades no contexto da transição em curso, o grande desafio é interno." Uma resposta estruturada está em elaboração no governo. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, tem falado

numa agenda de desenvolvimento econômico de médio prazo, composta por seis eixos, que será pautada pela economia verde. Mas a "sustentabilidade fiscal é pré-condição", diz Rosito. Medidas para as contas públicas, como reonerações e tramitação do arcabouço, estão, de acordo com ela, "muito dentro do cronograma, até aceleradas, porque o ministro não vê a hora de partir para essa outra agenda".

O plano de transição ecológica vai ajudar a organizar a resposta do Brasil a uma expectativa do mundo em relação ao que o país pode propor como solução para o tema. Ela não detalhou os eixos, mas citou como exemplos: energia, indústria e sustentabilidade. O trabalho é feito em coordenação com outros ministérios e, da parte da Fazenda, envolve questões como **impostos** e subsídios.

Os principais desafios para a elaboração do plano são internos e boa parte do trabalho envolve a elaboração de leis e regulamentos para a economia brasileira operar numa economia voltada à sustentabilidade ambiental, disse. Órgãos como Banco Central e Comissão de Valores Mobiliários (CVM) trabalham nisso. Além disso, é preciso buscar consenso no país em torno de alguns temas.

Questionada sobre a recente disputa dentro do governo sobre a exploração de petróleo na foz do Amazonas, a secretária disse que é preciso chegar a um consenso sobre o modelo de desenvolvimento da região.

Outra questão sobre a qual é preciso buscar entendimento é o uso do solo para produção agrícola.

Para a secretária, representantes do setor privado com maior inserção internacional têm plena consciência da importância do cuidado ao meio ambiente.

No entanto, reconheceu, pode haver dificuldades em áreas que exigem regulação e fiscalização.

Quanto mais coordenada for a atuação do governo brasileiro, mais recursos externos e privados o país será capaz de atrair, pontuou Rosito. Estimativas internacionais apontam para a necessidade de investimentos de US\$ 3 trilhões a US\$ 4 trilhões ao ano para converter a economia para o baixo carbono. A disponibilidade hoje está na casa de US\$ 1 trilhão.

"Esse "gap" [intervalo] está muito longe de ser alcançado", disse, destacando que recursos públicos e de instituições bilaterais ou multilaterais representam uma pequena parte do montante necessário. Ou seja: a transição não será realizada se não for possível atrair recursos privados. Mais complexo ainda é conseguir os montantes necessários sem que isso prejudique o financiamento de outras áreas prioritárias, como o combate à fome.

No Brasil, uma iniciativa para atrair esses recursos privados é o lançamento de títulos soberanos verdes. Na semana passada, foi criado o Comitê de Finanças Sustentáveis Soberanas, que discutirá regras desses papéis. Segundo a secretária, organismos multilaterais como o Banco Mundial podem ser catalizadores desse processo.

Nas discussões com o Banco Mundial, o Brasil tem colocado que o financiamento à transição energética deve ser adicional, e não uma substituição da linha de projetos tradicionalmente financiados pelo organismo, contou.

Outro ponto que vem sendo levantado é a necessidade de maior colaboração de países ricos.

O país também tem chamado atenção para o risco de a reconversão da economia para o baixo carbono perpetuar a desigualdade de renda. Ela citou como exemplos o Inflation Reduction Act dos EUA, que eles próprios chamam de maior plano de investimento climático, e o Green New Deal da Europa.

"Estamos falando de uma maciça quantidade de recursos para o desenvolvimento das indústrias ditas verdes ou limpas, uma quantidade de recursos que não temos como nos equiparar

"A resposta climática passa necessariamente pela economia" Tatiana Rosito

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187551>

"BC tem que repensar a relação com o mercado"



economista e ex-diretor do Banco Central Tony Volpon, estrategista chefe da gestora WHG.

Segundo ele, existe uma razão concreta para isso ocorrer: o alto endividamento das famílias.

"É mais uma razão concreta para o Banco Central baixar os juros.

Aqui é muito mais óbvio do que nos Estados Unidos, porque os juros não estão tão altos como no Brasil", alerta.

Contudo, ele entende que, como o BC demorou muito na hora de começar o aumento da Selic em 2022, há chances de ele repetir o mesmo script agora. "Eles afrouxaram muito a Selic (durante a pandemia) e demoraram para começar a subir.

Eles se traumatizaram institucionalmente", avalia.

O economista avalia que a autoridade monetária vai manter o modus operandi de demorar três reuniões para dar início à redução dos juros, apesar de já ter condições para começar agora. O BC deve esperar a concretização de três argumentos para que a queda dos juros ocorra: a aprovação do arcabouço fiscal pelo Congresso; a acomodação dos preços das commodities - algo que já está acontecendo, e do câmbio; e a pacificação em torno da mudança da meta de **inflação**. A reunião do Conselho Monetário Nacional (CMN) de junho deverá definir mudanças na questão da meta.

Apesar de os números preliminares da economia brasileira estarem surpreendendo o mercado, isso não deve ser motivo de muita empolgação. A expectativa, conforme Volpon, é que o crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) de 2023 deverá ficar entre 1,5% e 2%.

"Mas é bem medíocre 2% de crescimento e **inflação** caindo devagar.

Não tem nada superempolgante", alerta. De acordo com as estimativas de Volpon, no fim do próximo ciclo de normalização da Selic, os juros básicos do país não voltarão ao piso recorde de 2%, mas devem ficar entre 8% e 9%. "Caminhamos para esse patamar, mas não mais do que isso", frisa. A seguir, os principais trechos



Rosana Hessel

»Entrevista | Tony Volpon | estrategista-chefe da gestora WHG

O Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom) já poderia ter iniciado o ciclo de queda da taxa básica da economia (Selic) - atualmente no patamar de 13,75%. A tese é defendida pelo

da entrevista concedida por Tony Volpon ao Correio:

O Banco Central perdeu o momento de começar a baixar os juros?

O BC tem dois grandes problemas.

Um é o Focus. E dois, a indefinição em relação à meta de **inflação**.

Ambos estão interligados.

O Focus está em um patamar que realmente não recomenda baixar juros pelo tipo de modelagem que o Banco Central usa. Muito da contaminação do Focus, a meu ver, tem a ver com o debate sobre a meta, que não foi levantado pelo BC, mas sim, pelo governo. Só que o governo levantou a questão e não respondeu.

O entendimento do mercado não é de que isso foi pacificado, mas foi jogado para frente, para depois da reunião do CMN, no fim de junho. O BC, de certa forma, ficou travado, porque, até lá não vai poder fazer nada. O governo vai ter que resolver isso, porque a decisão será dele. É o governo que fixa metas.

É preciso ter três condições para o BC começar a cortar os juros.

Quais?

Primeiro, é a aprovação do arcabouço.

Dois, o que tem ocorrido recentemente com as variáveis exógenas - bastante importantes para a **inflação**, que são commodities e câmbio - que continuem (estáveis ou em queda). Não é que o câmbio tem que ir para R\$ 4,50, mas se voltar para R\$ 5,50, R\$ 5,60, vai ser um problema. Ultimamente, isso tem contribuição importante. E terceiro, pacificar a questão da meta, ou seja, defini-la. Haddad deu a sinalização de que devem rever a questão do horizonte (da meta), e sair do ano-calendário. Eu acho que seria bom a meta sair do ano-calendário.

Não conheço nenhum banco central relevante que tenha isso, é uma jabuticaba brasileira.

Esse horizonte pode mudar no CMN de junho também?

Sim. Tendo essas três condições atendidas, o provável é que isso aconteceria em junho. Na reunião de agosto, seria aquela do "gato que subiu no telhado", de dar alguma sinalização para o corte de juro que só deve ocorrer em setembro. Esse é o roteiro. Parte da estratégia do Copom é segurar esse nível de Selic o máximo possível. O BC vai usar o

argumento de que não poderá subir a Selic até o CMN de junho e também vai esperar a aprovação do arcabouço.

Vamos ver o Copom fazendo o famoso aviso em duas reuniões.

Nesse caso, eles devem mudar o **comunicado** em junho? Talvez tirem aquela frase que deixa a porta aberta para uma alta da Selic.

Exatamente. Talvez tirem agora, em junho, e comece aquela preparação de terreno (para a queda de juros), com elogio ao arcabouço.

Devem fazer igual a quando começaram a aumentar a Selic. O BC demorou duas reuniões para iniciar o ciclo de corte. Eu acho que podia cortar já na reunião de agosto, mas eles têm essa coisa de segurar.

A grande questão, na minha avaliação, é a velocidade da queda, que vai ser muito debatida, porque, se o BC cortar a Selic em 0,25 ponto percentual, o pessoal do PT vai chiar. É o tamanho da queda e o tamanho do ciclo.

Tenho visto projeções com a Selic acima de dois dígitos em 2024 e o BC tem argumentando que a taxa neutra (que não impacta na atividade) subiu. Ninguém sabe qual é a taxa neutra, se é 4% ou 5%. Mas é um indicador de onde podemos caminhar. A Selic, no fim do ciclo, não vai ser de 6% ao ano e, muito menos, não vai voltar para 2%. Acho que vai ser entre 8% e 9%. Caminhamos para esse patamar, mas não mais do que isso.

Com a Selic ficando em patamares elevados por mais tempo, como fica a economia?

Está melhorando também. O Citibank acaba de revisar a previsão do **PIB** de 0,3% para 1%. É aquela velha história. O mercado começa muito pessimista e vai subindo as previsões. E está acontecendo a mesma coisa neste ano. Acho que Euro R\$ 5,399 Comercial, venda na sexta-feira CDB 13,65% Prefixado 30 dias (ao ano) Salário mínimo R\$ 1.320 **Inflação** IPCa do IBGe (em %) Dezembro/2022 0,62 Janeiro/2023 0,53 Fevereiro/2023 0,84 Março/2023 0,71 abril/2023 0,61 Dólar na sexta-feira Últimos R\$ 4,996 (+ 0,56%) 15/maio 4,888 16/maio 4,943 17/maio 4,934 18/maio 4,968 ao ano CDI 13,65% 0,33% Nova York Bolsas na sexta-feira 0,58% São Paulo Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias 16/5 17/5 18/5 19/5 108.194 110.744 o **PIB** deve crescer entre 1,5% e 2%.

Mas é bem medíocre, 2% de crescimento, **inflação** caindo devagar.

Não tem nada superempolgante.

A **inflação** pode continuar desacelerando, de acordo com alguns analistas que esperam desaceleração global no segundo semestre. Isso ajuda o BC?

A **inflação** vai cair mais rápido do que o mercado acha, e vai surpreender como está ocorrendo no crescimento.

O mercado tem uma visão pessimista demais no início do ano.

Por isso, a questão mais importante é o prazo do que necessariamente a meta. Até porque daria para se justificar um ciclo de queda lento, gradual, para a convergência da **inflação** para a meta. É o que eu vejo globalmente. Vários bancos centrais, agora, estão com esse discurso de focar mais no prazo para evitar uma convergência muito rápida da **inflação** para a meta. Tecnicamente é o correto. Acho que todos vão trabalhar com coisas no horizonte de uns dois anos. Mas é claro que isso também tem um risco.

Quais são os riscos?

Conviver com uma **inflação** mais alta por mais tempo, que, eventualmente, pode ficar incorporado nas expectativas e no comportamento do setor privado, entre fixação de preço, negociação de salários, etc. Tem esse temor, por exemplo, nos Estados Unidos, de a **inflação** ficar estacionada entre 3% e 4%, quando a meta é 2%. Esse é o risco que se corre em uma convergência lenta.

Esse cenário recessivo pode aparecer no terceiro trimestre deste ano?

O mercado entende essa dinâmica e, por isso, há uma incerteza »»Entrevista | Tony Volpon | estrategista-chefe da gestora WHG Ex-diretor do Banco Central defende que o Copom deverá ser menos dependente das projeções do Focus. Contudo, ele projeta que o início do ciclo de baixa da Selic deverá ocorrer em setembro coletiva sobre quando isso vai acontecer, mas quase que uma certeza de que vai acontecer. E, por isso, o mercado continua a precificar cortes, independentemente do fato de quando se olha para a economia, com dados passados positivos.

Tem uma hipótese sobre esse superaquecimento, que é uma coisa temporária, é a **inflação** de serviços que é resultado do efeito retardado (da recuperação da pandemia) e pelo fato de que o consumidor ainda tem dinheiro no bolso.

Mas no Brasil, a poupança está tendo recordes de saques. Aqui, a história é diferente, porque o

consumidor está entrando no endividamento para sustentar o nível de consumo. O brasileiro é um pouco mais frágil do que o americano. Nos Estados Unidos, o consumidor ainda tem muita poupança, portanto, ele tem dinheiro para pagar a fatura do cartão de crédito que financia o consumo imediato. No Brasil, não. O brasileiro está se endividando mais.

Então, eu acho isso mais uma razão concreta para o Banco Central baixar os juros. Aqui é muito mais óbvio do que nos Estados Unidos, porque os juros não estão tão altos como no Brasil.

As empresas também estão com dificuldades para se financiar com a Selic nesse patamar...

Está tudo muito apertado. Mesmo os bancos de atacado, que trabalham muito com crédito, estão superconservadores. Se a empresa não tem um colateral bom, não terá empréstimo aprovado, apesar do relacionamento. Portanto, o BC tem que tomar um pouco de cuidado.

Essa é a grande tragédia da política, porque a **inflação**, realmente, é a última a cair. E o mercado de trabalho é sempre o último a reagir. Por isso que você tem muitos erros (nas projeções). É quase inerente ao processo da política monetária exagerar e cometer erros. E essa tendência aumenta quando o BC comete erro do outro lado. Eles afrouxaram muito pesado a Selic (durante a pandemia) e demoraram para começar a subir. Eles se traumatizaram institucionalmente.

Agora, temos dólar e commodities caindo, crédito escasso, petróleo despencando, mas o fiscal ainda pode ser discutido. Mas teve o mega aperto fiscal feito pelo Paulo Guedes e o gasto passou de 20% do **PIB** para 18% do **PIB**. É inegável.

Mas essa melhora ocorreu porque uma bomba fiscal foi jogada para debaixo do tapete?

Concordo. Mas teve esse aperto após a pandemia, quando se teve um V. Estávamos gastando, despencamos e agora o gasto está subindo de novo. Esse mesmo Banco Central, na figura do Roberto Campos Neto, agora, fica, dizendo que não pode cortar. E lá atrás, a justificativa para não cortar era o Focus que, erroneamente, estava projetando **inflação** abaixo da meta em 2021. O Focus comprou a tese do transitório e o BC seguiu.

Essa é minha grande crítica ao Banco Central. O BC tem que usar mais o julgamento próprio nessas questões. Ele tem essa parte da relação mecânica do arcabouço e a política monetária, mas acho que o BC tem uma relação muito mecânica com o Focus. Há

ocasiões em que se deve questionar essa relação mecânica.

Mas o BC está certo em afirmar que não existe relação mecânica entre o arcabouço e a política monetária?

O BC precisa olhar para tudo de uma maneira crítica, tentar entender, especialmente na questão do Focus, os fatores que o estão levando a ter um viés por um lado para o outro. O BC se esconde atrás do Focus e diz que está desancorado e mantém os juros.

Tem que explicar melhor as expectativas.

Se o Focus ficar menos enviesado por uma visão excessivamente pessimista sobre o governo Lula, isso ajudaria o BC, que tem uma relação mecânica com o Focus, infelizmente. De novo, isso é parte da construção de uma eventual queda de juros de setembro. O Focus também deve contribuir. Eu falei com o pessoal de mercado e eles acham que o Focus vai dar uma bela queda nas projeções nas próximas semanas. Vamos ver.

A indicação do Gabriel Galípolo para a diretoria de política monetária pode ajudar no processo de queda dos juros?

Acho que a cadeira faz o homem.

Ele vai sentar lá e vai agir como o mainstream. A cultura técnica do Banco Central é muito forte.

Acho que ele é o provável próximo presidente, e terá um longo aprendizado. Não teremos nenhuma dessas ideias um pouquinho perigosas sendo implementadas por ele. E, pensando que ele vai para a presidência daqui a dois anos, boa parte do Copom será trocada por nomes que estarão dentro desse alinhamento dele, mais Unicamp e PUC São Paulo e menos PUC-RIO. O BC com Galipolo vai ser mais dovish (mais tolerante com a **inflação**), como foi o BC de Alexandre Tombini, em alguns momentos, mas dentro do mainstream.

Quando é para subir juros, talvez demore um pouco mais. Eu vou ficar muito surpreso se ele fizer alguma coisa exótica, como tentar controlar a curva de juros.

O que o senhor achou das mudanças em torno do arcabouço feitas pelo relator?

Melhoraram de um lado e pioraram de outro. O relator botou algumas travas, que acho positivo, porque tem algum enforcement, mas ele ainda está dando essa deixa de permitir que o governo gaste mais. No primeiro ano, vai ter um recurso extra e não vai bater no piso da banda. Sem essa mudança, eles iriam bater

no piso de 0,6% do **PIB** para investimentos já em 2024. Outro problema é que existe uma válvula de escape para o enforcement. Se bater no limite e o governo propor um aumento de receita, não tem mais enforcement.

O arcabouço deixa um pouquinho de gosto amargo, mas é uma coisa de um ano só. Pode ajudar a não perpetuar a trajetória inteira de crescimento da dívida pública. O ponto é que chegou um governo de esquerda criticando o teto de gastos, mas acabou saindo no fim do dia um teto parametrizado com o novo arcabouço.

E isso é uma boa notícia.

"O brasileiro está se endividando mais. Então, eu acho isso mais uma razão concreta para o Banco Central baixar os juros. Aqui é muito mais óbvio do que nos Estados Unidos, porque os juros não estão tão altos como no Brasil"

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/05/22/all.pdf>

Com ou sem crise, empresas ampliam investimentos no Brasil - MERCADO S/A



AMAURI SEGALLA

Apesar das dúvidas a respeito da velocidade da retomada econômica, grandes grupos estrangeiros anunciam robustos investimentos no Brasil.

Recentemente, a montadora chinesa GWM informou que pretende desembolsar R\$ 10 bilhões para ser a primeira a fazer carros elétricos no país. Há alguns dias, a americana Cargill, uma das maiores empresas de alimentos do mundo, avisou que desembolsará R\$ 600 milhões em infraestrutura portuária. Por sua vez, o conglomerado alemão Bosch destinará R\$ 940 milhões para sua operação na América Latina em 2023. Principal mercado da empresa na região, respondendo por 74% do volume de negócios, a operação brasileira receberá a maior parte dos recursos. A gigante de energia portuguesa EDP, a varejista de moda de Singapura Shein e a companhia alemã Basf também informaram que reforçarão os aportes em território brasileiro. Com ou sem crise, o Brasil sempre está no foco dos estrangeiros.

"Todos os países ricos têm Bancos Centrais independentes. Seus dirigentes podem, assim, resistir a pressões de demagogos para baixar a taxa de juros sem causa" Maílson da Nóbrega, economista e ex-ministro da Fazenda

Laboratório EMS prevê movimentar R\$ 9 bilhões em genéricos

O laboratório farmacêutico EMS, pioneiro na produção de genéricos no país, prevê movimentar R\$ 9 bilhões com as vendas dessa categoria em 2023, o que representará um crescimento de 27% sobre o ano anterior. De janeiro a abril, a empresa vendeu 80 milhões de unidades de genéricos, o que a levou a crescer em ritmo 2,5 maior que o segmento. Atualmente, os genéricos representam 44% do faturamento total da companhia, que lidera o mercado brasileiro de genéricos há uma década.

Tokio Marine lança seguro contra bullying

Como coibir o bullying, que assombra jovens em diversas partes do mundo? A seguradora japonesa Tokio Marine introduziu uma estratégia que, se funcionar, deverá ser adotada por outras empresas. A empresa lançou no Japão um seguro que indenizará em US\$ 1,5 mil a família da criança que sofrer bullying grave na escola. Segundo a Tokio Marine, o dinheiro deverá ser usado para pagar psicólogos e, se for o caso, na cobertura dos gastos de transferência da vítima para outra instituição de ensino.

Fusões e aquisições caem no país

O mercado de fusões e aquisições (M A, na sigla em inglês) esfriou em 2023. No primeiro trimestre, houve 370 acordos desse tipo no Brasil, número que representa uma queda de 46% em relação ao mesmo período do ano passado. Os negócios movimentaram US\$ 4,7 bilhões, ou um recuo de 65% diante do período anterior. Juros e **inflação** altos e incertezas na área econômica são fatores que contribuíram para os resultados negativos. Ressalte-se que a América Latina em geral apresentou desempenho ruim.

2% dos brasileiros são veganos, ou seja, não consomem nada de origem animal, conforme pesquisa feita pela consultoria Brain Inteligência. É um dos índices mais baixos do mundo

RAPIDINHAS

O frigorífico brasileiro JBS quer ampliar a presença no varejo chinês. Para isso, levou à Sial China 2023, maior feira de alimentos e bebidas da Ásia, uma comitiva formada por 40 executivos. O evento foi realizado de 18 a 20 de maio em Xangai e reuniu 4,5 mil exibidores e 150 mil profissionais de diversas partes do mundo.

A Bradesco Seguros obteve, nos segmentos de automóveis e ramos elementares, um resultado 265% maior no primeiro trimestre de 2023 em relação ao mesmo período do ano passado. Em prêmios, o crescimento foi de 24%.

Segundo a empresa, os resultados refletem as melhorias operacionais e a ampliação da cultura do seguro.

A Woba, maior marketplace de coworkings da América Latina, fez uma pesquisa que indicou o tamanho desse mercado no país. Entre 2019 e 2023, a abertura de locais de trabalho compartilhado cresceu 63%, totalizando 2,4 mil espaços do tipo. O censo feito pela empresa constatou que Minas Gerais possui 231 coworkings.

A Crefaz Financiamentos e Investimentos ampliará em 30% o número de lojas até o fim do ano com a inauguração de trinta unidades no país.

Assim, a empresa dedicada ao microcrédito passará a contar com 134 endereços, ampliando em 25% sua presença nos municípios brasileiros. Atualmente, a Crefaz possui clientes em 4.186 cidades brasileiras.

Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2023/05/22/all.pdf>

Proposta das novas regras fiscais já recebeu 40 emendas

Andrea Malcher e Rafaela Gonçalves

Brasília - Após a aprovação do pedido de urgência para votação da proposta de arcabouço fiscal, deputados estão articulando mudanças no texto com o relator, Cláudio Cajado (PP-BA). Com votação prevista no plenário da Câmara dos Deputados para esta quarta-feira, até o momento, já foram apresentadas 40 emendas com sugestões de alteração no texto. A maior parte das propostas de modificação foram feitas pelos partidos União Brasil e Psol. Apenas o União Brasil apresentou 26 emendas, enquanto o Psol apresentou 10. Nessas sugestões, por exemplo, alguns parlamentares buscam maior controle de gastos, enquanto outros querem retomar a excepcionalização de determinadas despesas dos novos limites, assim como a proposta original, como o Bolsa Família, considerado essencial pelo governo Lula.

O Psol, que faz parte oficialmente da base do governo Lula no Congresso Nacional, votou contra o pedido de urgência do novo conjunto de medidas fiscais. Na perspectiva do partido, o parecer do relator é excessivamente rigoroso, e o partido busca flexibilizar o texto. O deputado Chico Alencar (Psol-RJ) é o autor das 10 emendas propostas pelo partido.

No plenário, o deputado Túlio Gadelha (Rede-PE) deu a tônica da federação Psol-Rede na questão. Ele lembrou que o partido colaborou com a composição de governo, indicando Marina Silva ao Ministério do Meio Ambiente, mas que mudanças no texto precisavam ser feitas. "A Rede tentou incluir um texto melhor, propostas melhores no texto. Ainda não sentimos abertura do deputado Cajado. Nós temos a esperança de poder dialogar sobre a matéria e na votação do mérito estar junto com o governo, desde que haja mudanças no texto. O texto que temos hoje espreme os sonhos do povo brasileiro, não consegue aplicar as políticas que o governo do presidente Lula prometeu em sua campanha. Por isso, presidente, nosso partido, junto com o Psol orienta não", disse o deputado.

Uma das solicitações é que o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) não seja abrangido pelas regras estabelecidas no arcabouço fiscal. Previsto para ficar de fora do teto, os recursos foram inseridos nas limitações de gastos nas

alterações realizadas pelo relator. Além das emendas que tratam do fundo da educação, há ainda sugestões para reincluir o piso da enfermagem nas excepcionalidades e retirar o programa Bolsa Família dos chamados gatilhos - mecanismos de corte de gastos acionados em caso de descumprimento das metas fiscais ou quando o governo ultrapassa um determinado patamar de despesas. A blindagem do benefício era uma das medidas consideradas essenciais pelo governo e ainda pode render um grande embate político.

REGRAS MAIS DURAS

Enquanto a base aliada quer afrouxar as regras do arcabouço, parlamentares de centro e da oposição buscam endurecer as balizas. O relator manteve a regra que determina que as despesas não podem crescer acima de 70% do aumento da receita e que os gastos podem oscilar entre uma banda de alta real (acima da **inflação**) de 0,6% a 2,5% ao ano. Há emendas que sugerem a limitação do crescimento real (acima da **inflação**) dos gastos públicos e também o bônus de investimento em caso de excesso de arrecadação.

O deputado Felipe Francischini, vice-líder do União Brasil, é responsável pela autoria de nove emendas. Dentre as propostas de ajuste, ele solicita a diminuição do limite de crescimento real da dívida pública de 2,5% para 2%. Além disso, Francischini requer a eliminação do patamar míni-

mo de 0,6% estabelecido no texto. "Simulações realizadas por economistas e instituições diversas sinalizam que a regra de despesa proposta pode não ser suficiente para estabilizar a dívida em patamar sustentável", justifica a proposta.

Na última semana, Kim Kata-guiri (União Brasil-SP) e Mendonça Filho (União Brasil-PE) apresentaram aos jornalistas alguns dos pontos de maior rigor que o partido colocaria. Entre eles está a proposta de submeter o governo a penalização criminal, caso a Lei de Responsabilidade Fiscal e o equilíbrio das contas públicas fossem descumpridos, algo que o texto de Cajado não prevê. "Se o governo perceber que vai descumprir as metas, ele vai ter a obrigação e o poder de contingenciar aquilo que for necessário para alcançá-las sob pena de crime fiscal", alertou

Kataguiri.

Deputados do PT acordaram que não vão apresentar sugestões de alteração no relatório de Cajado. O líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), afirmou que a bancada deve votar o texto acordado com o relator. O consenso não foi imediato. O líder da bancada do PT, deputado Zeca Dirceu (PT-PR), havia manifestado a intenção de alguns parlamentares de propor mudanças, no entanto, não devem sugerir a reinclusão de pontos que estavam no texto original do próprio governo federal, como as exceções ao Fundeb e ao piso dos enfermeiros.

Há ainda divergências na bancada sobre os gatilhos previstos no texto, que visam obrigar o governo federal a controlar gastos caso não sejam alcançadas do arcabouço - por exemplo, não concedendo aumentos reais em benefícios ou congelando a abertura de novas vagas de emprego no setor público. O mecanismo de controle de gastos, incluído pelo relator, incomoda parte dos petistas.

O Ministério da Fazenda e o relator do arcabouço têm se esforçado para articular que a proposta não sofra grandes alterações. Havia uma orientação do governo para que o texto fosse votado sem a apresentação de emendas. Cajado afirmou que examinará todas as sugestões, mas não assegurou que vai incorporá-las ao texto e sugeriu a preferência por submeter o texto à votação sem alterações.

Relator do arcabouço, Cláudio Cajado (PP-BA) ainda buscará consenso sobre emendas

"Ao atacar o agro, Lula se distancia de quem gera renda"



WILTON JUNIOR/ESTADÃO

Lupion, da Frente da Agropecuária; 'Agrishow foi mal-entendido'

VERA ROSA

Deputado federal pelo Paraná em segundo mandato; é agropecuarista, empresário, cientista político e publicitário

Pedro Lupion, presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), disse que nenhum governo "com o mínimo de responsabilidade" pode ficar contra o agronegócio. Deputado federal pelo PP do Paraná, Lupion afirmou que as últimas declarações do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, referindo-se aos organizadores da Agrishow como "fascistas" e "mau caracteres", prejudicam "e muito" a aproximação com o setor.

"Cada vez que o presidente Lula ataca a agropecuária nacional, ele se distancia mais do principal setor econômico responsável pelo equilíbrio da balança comercial brasileira e da geração de oportunidade e renda no País", disse o deputado.

A bancada do agro foi a que mais se empenhou para a abertura da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Movimento dos Sem Terra (MST).

A CPI para investigar ações do MST não acirra ainda mais a polarização no País?

A CPI das invasões de terras privadas tem por objetivo investigar quem financia os crimes de invasões e

aumentar as penas para quem comete este tipo de ação criminosa que tira a paz dos produtores rurais.

Nossa expectativa é que o colegiado responda a essas perguntas.

A reforma agrária é uma política pública de Estado, responsável por desapropriar e indenizar os proprietários rurais, sem invasões criminosas ou violência, como presenciamos na Bahia.

O fato de o presidente Lula ter chamado organizadores da Agrishow de "fascistas" e "maus caracteres" prejudica a aproximação do governo com o agro?

Prejudica e muito. Cada vez que o presidente Lula ataca a agropecuária nacional, ele se distancia mais do principal setor econômico responsável pelo equilíbrio da balança comercial brasileira e da geração de oportunidade e renda no País.

Mas, antes disso, a cúpula do Agrishow desconvidou o ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, para a cerimônia de abertura daquela feira em Ribeirão Preto.

Aquilo foi um mal-entendido.

Tanto que, apesar de toda a confusão, a feira movimentou mais de R\$ 13 bilhões em negócios, com participação de várias autoridades e empresários do setor. O Banco do Brasil, por exemplo, não deixou a feira, e ainda gerou R\$ 4 bilhões em negócios. O ministro Carlos Fávaro esteve conosco na FPA. Estamos em permanente interlocução para construir soluções para o setor.

O vice-presidente Geraldo Alckmin disse ser totalmente contra invasões de propriedades, mas o MST continua promovendo essa prática. O governo está sendo leniente?

Vários ministros se manifestaram contra as invasões. Porque é crime, está previsto na Constituição. Não é boa a mensagem que o governo federal passa quando escala o primeiro time para um evento do MST, promovido com verba pública do Incra, que deveria capitanear o processo de reforma agrária, não um movimento que se utiliza de práticas atrasadas e violentas. Voltaram 20 anos no tempo e acham que a

população vai aceitar esse tipo de crime. Não aceitamos e trabalharemos para assegurar o direito de propriedade dos produtores rurais.

O sr. acha que é possível a abertura de diálogo entre o governo e o agronegócio? Como?

Não pode governo nenhum, com o mínimo de responsabilidade, querer ficar contra o agro, com os números todos que o nosso setor tem. Estamos falando de um terço do **PIB**, gerador de praticamente um quarto dos empregos do País, mais da metade da balança comercial.

O Supremo vai julgar, no próximo dia 7, se a data de 5 de outubro de 1988 deve ser adotada como marco para demarcação de terras indígenas e pode derrubar essa tese. Qual sua posição sobre isso?

Defendemos colocar na lei aquele entendimento do STF sobre as demarcações, inclusive a data de 5 de outubro de 1988, quando foi promulgada a Constituição. Para isso, é fundamental que o Congresso aprove o Projeto de Lei 490.

Somos a favor do marco temporal para garantir a segurança jurídica de quem compra uma propriedade privada, para que não seja despejado, sem indenização, por se tratar de terra ocupada por indígenas no passado. Estamos falando de 22% do território nacional.

Cidades inteiras que podem virar área indígena da noite para o dia, e o agro perderia todo o destaque e pujança que tem hoje.

Não somos contrários aos direitos indígenas, mas o Estado não pode retirar o direito de quem paga por suas propriedades nos dias atuais.

"Voltaram 20 anos no tempo e acham que a população vai aceitar esse tipo de crime (invasões de terra).

Não aceitamos e trabalharemos para assegurar o direito de propriedade dos produtores rurais"

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

"Brasil tem oportunidade de se tornar potência ecológica"



DENIS BALIBOUSE/REUTERS

'O Brasil precisa investir mais', afirma Klaus Schwab

ALTAMIRO SILVA JUNIOR

ENTREVISTA: Klaus Schwab, Engenheiro e economista, fundou em 1971, em Davos, o evento rebatizado, em 1987, de Fórum Econômico Mundial

O economista e engenheiro Klaus Schwab, fundador do Fórum Econômico Mundial, que reúne a nata do capitalismo todo ano em Davos (Suíça), esteve no Brasil esta semana e disse acreditar que o País pode ganhar mais influência em temas como transição energética, pois será palco nos próximos dois anos de eventos como a reunião do G20, grupo dos países mais ricos.

Schwab ponderou que a economia brasileira precisa elevar o nível de investimento, o que requer a participação do setor privado. Em Brasília, ele se encontrou com o vice-presidente Geraldo Alckmin e com a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, e participou de evento sobre competitividade. Em São Paulo, falou com exclusividade ao Estadão/Broadcast.

A seguir, os principais trechos da entrevista.

O sr. tem dito que o mundo ruma para uma economia verde. Qual papel o Brasil pode ter neste processo?

O Brasil tem o potencial para se tornar uma ecopower (potência ecológica). Há enorme oportunidade para

energia eólica e a energia solar. Isso sem falar na Amazônia e no seu potencial de absorção do carbono, mas que também é importante como fonte de biodiversidade, e o mundo está mais e mais consciente sobre isso. Com a presidência do G20 em 2024 e da COP (a conferência das Nações Unidas para o meio ambiente) em 2025, o Brasil pode influenciar a agenda de uma forma importante.

Pode também influenciar a agenda econômica?

O Brasil tem seus próprios problemas na economia, como **inflação** ainda alta, juros altos e um baixo nível de investimento em relação ao Produto Interno Bruto (**PIB**), abaixo de 20%.

O Brasil precisa investir mais.

Outro ponto é que o Brasil tem uma dívida de 75% do **PIB**, um nível alto, mas há muitos países com nível ainda mais elevado.

A economia mundial caminha para uma recessão?

Estamos indo para um nível de crescimento muito baixo. O mundo está crescendo, com exceções, em uma base baixa. Temos de buscar os níveis sustentáveis de antes da pandemia.

A **inflação** vai permanecer alta por muito tempo?

Não. Normalmente, no passado, a **inflação** era causada pelo aumento do consumo, o que criava um desequilíbrio entre oferta e demanda. Agora, temos choques de ofertas, com redução da capacidade de produção por causa da pandemia, além da alta dos preços de energia por causa da guerra da Ucrânia.

Esse desequilíbrio entre oferta e demanda pode ser corrigido relativamente rápido.

Então os juros não devem subir mais?

Acho que já atingimos o pico de alta, falando da economia global. Temos visto declarações nesse sentido do Federal Reserve (o banco central americano) e do Banco Central Europeu que indicam que as elevações em breve podem parar.

Como o ambiente de juros altos afeta as empresas?

No Brasil, para uma empresa captar com títulos privados, precisa pagar ao menos 15%.

Na Suíça e na Comunidade Europeia, é 5%, o que afeta a competitividade, porque o custo de capital é muito maior (no Brasil).

Sobre a inteligência artificial, o sr. está mais esperançoso ou temeroso?

Como qualquer nova tecnologia, ela traz tremendas oportunidades.

Há 25 anos, houve a revolução com as mídias sociais, o que reduziu custos de distribuição e afetou muitas indústrias, como a da mídia. A inteligência artificial vai fazer o mesmo para a produção de bens não materiais, vai destruir muitos empregos e criar outros. É uma oportunidade, com impacto até maior do que as mídias sociais, vai deslocar milhões de pessoas.

As empresas estão abordando de forma adequada a questão ESG (compromissos sociais, ambientais e de governança)?

É uma mudança fundamental de filosofia dos negócios. Empresários precisam criar prosperidade, mas também olhar as pessoas e o planeta.

Qual é a sua visão do governo Lula?

Acho que o Lula conseguiu criar uma nova atenção ao Brasil. E, na presidência do G20, terá uma grande oportunidade de trazer o Brasil de volta ao mapa.

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50284>

BCs debatem por que o juro alto não teve o efeito previsto - ALEX RIBEIRO

ALEX RIBEIRO

Não é apenas no Brasil: em várias partes do mundo, os bancos centrais estão tentando entender por que os juros altos não tiveram ainda os efeitos previstos para esfriar a economia e baixar a inflação.

Vários desses banqueiros centrais participaram de um seminário internacional promovido pelo BC na sexta, em São Paulo. Foi uma discussão técnica, mas também política. Com o evento, o presidente do BC, Roberto Campos Neto, passou a mensagem de que não está mantendo os juros altos por sabotagem ou capricho.

Na plateia, estavam mais do que os economistas e operadores de mercado que normalmente acompanham cada palavra do presidente do Banco Central. Entre os convidados ilustres, compareceram o economista Persio Arida, um dos pais do Plano Real, e o ex-ministro da Fazenda Pedro Malan. Também estiveram presentes Roberto Setúbal, do Itaú, e Octavio Lazari Jr., do Bradesco.

Discretamente, também circulou pelo evento o economista Gabriel Galípolo, secretário-executivo da Fazenda, que foi indicado para uma diretoria do Banco Central, no que pode ser o primeiro passo para assumir a presidência do Banco Central.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, fez um discurso cobrando mais uma vez o corte de juro. De certa forma, teve o apoio do diretor gerente do Banco de Compensações Internacionais (BIS, na sigla em inglês), Agustín Carstens. Não no mérito da baixa de juro, mas no direito de falar. Para Carstens, a autonomia do BC não significa isolamento. "Um diálogo pode, e eu diria deve, existir entre os bancos centrais e os ministros de Finanças", disse. "Políticas monetária e fiscal são inerentemente ligadas." Carstens ajudou também o BC.

Campos Neto tem reconhecido o direito de Haddad falar sobre política monetária, embora tenha condenado a politização do tema, mas o mercado financeiro tem visto essas cobranças como um enfraquecimento da autonomia do BC. Carstens conhece os dois lados: no México, em períodos diferentes, ele esteve à frente do banco central e do Ministério das Finanças. A necessidade de

coordenação das políticas fiscal e monetária não é exatamente nova. Em 1964, quando o BC se tornou independente pela primeira vez, o ministro da Fazenda, Otavio Gouveia de Bulhões, disse que o órgão mais importante criado tinha sido o Conselho Monetário Nacional (CMN) justamente para fazer esse serviço.

A discussão relevante, na verdade, é quem domina a relação monetária e fiscal.

Haddad disse, em seu discurso, que fiscal e monetário são dois braços de um mesmo corpo, citando o economista Olivier Blanchard. Ele pregou que os braços sejam iguais e harmônicos, mas isso não é fácil: um costuma dominar, seja em destros, seja em canhotos.

Haddad tem defendido o afrouxamento monetário para facilitar o ajuste das contas públicas. O ex-presidente do BC e ex-ministro da Fazenda Henrique Meirelles sugeriu, no mesmo evento, que a analogia mais adequada seria tratar a política fiscal e monetária como dois pés. O problema, disse, é quando o fiscal anda para frente, com uma expansão de gastos, e a política monetária caminha para trás para baixar a inflação.

Campos Neto, num painel, perguntou aos colegas banqueiros centrais por que, em várias partes do mundo, apesar de os juros subirem tanto, a atividade econômica se encontra tão resiliente, sobretudo no mercado de trabalho, e a inflação está demorando para cair. O brasileiro quis saber, primeiro, se eles achavam que a taxa neutra de juros aumentou.

Tiff Macklem, presidente do Bank of Canada, disse que eles refizeram as contas e não acharam nada de novo. Mas expressou uma visão pessoal de que, caso a taxa neutra tenha mudado, é mais provável que seja maior do que se supunha do que menor. Para ele, uma vantagem do sistema de metas de inflação é que, ao longo do tempo, será possível verificar o que houve. "Se a inflação não estiver baixando tão rápido quanto previmos, e a taxa neutra estiver subindo, vamos ajustar, seja mantendo os juros altos por mais tempo ou subindo ainda mais", disse.

O que diferencia o Brasil nessa discussão é que, por aqui, os juros entraram no território contracionista mais

cedo e de forma mais intensa do que em outros países, por isso já é possível comparar a **inflação** com o que era esperado. Na última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), alguns membros disseram que algo parecia errado, provavelmente porque juro neutro seria ainda maior do que os 4% ao ano estimados.

Mas pode ser que a **inflação** esteja surpreendendo por outros fatores. O presidente do banco central do Peru, Julio Velarde, citou uma possível inércia mais forte. O presidente do Banco de Espanha, Pablo Hernández de Cos, afirmou que pode estar ligado aos fortes estímulos fiscais ou o uso de poupança precaucional.

Macklem, do Canadá, disse que as pessoas ainda estão recuperando o tempo perdido, consumindo serviços que não podiam na pandemia, como restaurantes e turismo.

Apesar de toda a controvérsia sobre as causas da resistência da **inflação**, a implicação prática é que os juros devem ficar altos. "O regime de metas de **inflação** tem nos prestado um bom serviço", disse Campos Neto.

"Precisamos perseverar para ter certeza de que vamos trazer a **inflação** de volta para as metas."

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187551>

Governo estuda flexibilizar regime de metas

Larissa Garcia

O governo estuda uma mudança nos critérios do regime de metas de **inflação**, na tentativa de flexibilizar o modelo em meio à pressão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) por juros mais baixos. Ainda não está claro se o governo pretende aumentar o percentual - fixado em 3,25% para 2023 e 3% para os próximos anos -, mas a ideia é que seja adotado um horizonte de tempo mais longo para cumprimento do objetivo, substituindo o ano-calendário.

A chamada meta de **inflação** contínua, amplamente defendida pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, prevê um percentual de longo prazo, que não seria mais definido ano a ano. Dessa forma, o Banco Central (BC) tentaria levar a **inflação** acumulada em 12 meses ao objetivo determinado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) em um período mais flexível.

Como a política monetária atua com defasagem, o movimento feito hoje nos juros tem efeito lá na frente. Atualmente, o BC entende que esse prazo é de 18 meses, ou seis trimestres, e já mira esse horizonte para a condução da taxa básica da economia (Selic), mas esse prazo não é fixo e depende de uma série de fatores. A alteração estudada pelo governo apenas alinharia o critério de cumprimento da meta a esta janela de tempo e não mais a cada ano fechado.

O Ministério da Fazenda argumentou, em nota enviada ao Valor, que o modelo de meta contínua não é mais rígido em relação ao ano-calendário, "tendo em vista que eventuais choques exógenos não pressionam a política monetária no curto prazo, já que o BC poderia utilizar instrumentos disponíveis dentro do horizonte relevante para a política monetária para direcionar as expectativas de forma suavizada".

"Outra vantagem desse modelo é o caráter perene da meta, que não precisaria ser estabelecida ano a ano. Em recente avaliação da política econômica brasileira conforme art. IV, o corpo técnico do FMI [Fundo Monetário Internacional] indica a superioridade de um arranjo com metas não vinculadas ao ano calendário e que tenham sua consecução no horizonte relevante da política monetária", complementou a pasta.

Por um lado, a proposta permitiria que o BC alongasse o prazo para atingir o objetivo, mas também poderia tornar o sistema mais duro, já que o Comitê de Política Monetária (Copom) precisaria estar na meta "a

qualquer tempo" e poderia ser cobrado com mais frequência. Se a nova regra seria mais ou menos flexível que a atual, dependeria de seu desenho final, segundo analistas ouvidos pelo Valor .

Ainda há dúvidas entre os economistas sobre quais seriam as métricas para que o BC se explicasse quando não conseguisse cumprir a meta, por exemplo.

No formato atual, se a **inflação** acumulada fica fora do intervalo permitido no fim do ano, a autoridade monetária precisa escrever uma carta para se justificar.

Com o horizonte flexível, o governo poderia usar o anocalendário como base, mas também poderia adotar uma média de dois anos para alongar o prazo de cumprimento.

A meta contínua é um ponto pacífico para o BC, que tenta amadurecer a ideia há alguns anos, nos moldes de outros países. A proposta que era discutida internamente, no entanto, previa inicialmente que o aprimoramento tivesse impacto nulo, ou seja, nem afrouxasse, nem endurecesse o regime de metas. Ao implementar um objetivo móvel, em tese o BC deixaria de olhar apenas o índice fechado do ano e seria cobrado pela **inflação** acumulada em 12 meses a todo momento. Ou seja, o número de abril, por exemplo, teria o mesmo peso do dado de dezembro.

A autoridade monetária aguardava que a meta chegasse a um percentual de longo prazo, hoje em 3%, patamar considerado adequado para países emergentes, para propor a mudança. Dessa forma, o Brasil teria uma "meta estrutural", que traria previsibilidade aos agentes econômicos. Nos últimos meses, entretanto, após críticas do presidente Lula ao patamar atual, os agentes econômicos passaram a prever alguma elevação na reunião do CMN de junho, quando tradicionalmente o assunto entra em pauta.

O regime de metas foi implementado no Brasil em 1999 e, em 23 anos, a **inflação** ficou fora do intervalo de tolerância por sete vezes - apenas em 2017 por ficar abaixo do piso, e acima do teto em todos os outros períodos.

O alvo ficou estacionado em 4,5% de 2005 a 2018 e depois entrou em trajetória de queda,

Recentemente, ganhou força entre economistas a discussão sobre o nível ideal do objetivo a ser

perseguido pelo BC. Parte defende a manutenção dos 3% como um percentual de longo prazo e outros apoiam um aumento desse patamar para que a atuação da autoridade monetária não penalize tanto a atividade econômica. Um dos argumentos é que, se o critério fosse de 3% com tolerância de 1,5 ponto, fixado para 2024 em diante desde o início do sistema, o índice de preços teria ficado dentro da banda apenas em sete anos.

Site: <https://valor.globo.com/impresso/20230519/>

No próximo mês, o CMN vai determinar a meta para 2026, mas pode também ajustar os percentuais que já foram definidos para até 2025. Uma possível mudança no formato do regime também precisaria ser aprovada pelo conselho. Embora Haddad tenha defendido publicamente a adoção de um horizonte contínuo, não há sinalização de que a mudança seja feita já neste ano.

Antes de assumir a diretoria de política econômica do BC, Diogo Guillen escreveu um artigo sobre política monetária, publicado no livro "O Futuro do Brasil", em 2020, em que diz esperar "um debate mais aprofundado" para que o país saia do regime de ano-calendário.

"Um prazo prospectivo em torno de 18 a 24 meses à frente, como usualmente utilizado, parece apropriado por incorporar o impacto máximo da política monetária sobre a **inflação**", defendeu.

Guillen fez um levantamento próprio sobre os horizontes utilizados entre países que implementaram o sistema de metas e, em 2019, apenas o Brasil e a Tailândia se baseavam no ano-calendário.

De acordo com seu conceito, alongar o horizonte estaria dentro do que ele chamou de meta de médio prazo, e não do critério contínuo. "Se o prazo para o alcance da meta for extenso demais, as pessoas não acreditarão que a **inflação** ficará próxima desse nível no curto e médio prazo, desancorando expectativas e operando contra o que prega o regime de metas", ponderou.

Para Guillen, o ano-calendário gera "uma sazonalidade" na condução dos juros. "Por exemplo, se estivermos em junho com uma **inflação** muito baixa e a economia sofrer um choque adverso de preços, o Banco Central pode não subir juros, dadas a baixa **inflação** e a proximidade do encerramento do ano. Por outro lado, se estivéssemos em janeiro, talvez o BC não tivesse tanta confiança quanto ao comportamento prospectivo da **inflação** até o fim do ano-calendário e decidisse elevar a taxa de juros", explicou.

3% é visto como objetivo adequado de longo prazo em emergentes

Metas de inflação no mundo

Apenas Brasil e Tailândia têm horizonte em ano-calendário*

Horizonte da meta

África do Sul	Contínuo
Austrália	Médio prazo
Brasil	Ano-calendário
Canadá	Médio prazo
Chile	Médio prazo
Coreia do Sul	Médio prazo
Dinamarca	Médio prazo
Estados Unidos	Médio prazo
Hungria	3-5 anos
Índia	9 meses
Indonésia	Médio prazo
Islândia	Médio prazo
Israel	2 anos
Japão	Contínuo
México	Médio prazo
Noruega	Médio prazo
Nova Zelândia	Médio prazo
Polônia	Médio prazo
Reino Unido	Contínuo
República Tcheca	12-18 meses
Rússia	Médio prazo
Suécia	2 anos
Suíça	Médio prazo
Tailândia	Ano-calendário
Turquia	3 anos
Zona do Euro	Médio prazo

Fonte: Estudo de Diogo Guillen antes de assumir a diretoria de política econômica do BC; publicado no livro "O Futuro do Brasil", de 2020 *Dados de 2019